



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL

JÉSSICA MARIA DE VASCONCELLOS SANTANA HIPOLITO

**A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO EXPOSITIVO COMO FERRAMENTA DE  
IDENTIFICAÇÃO: MUSEUS, HEGEMONIA E SUBALTERNIDADE**

Rio de Janeiro  
Fevereiro 2017

JÉSSICA MARIA DE VASCONCELLOS SANTANA HIPOLITO

**A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO EXPOSITIVO COMO FERRAMENTA DE  
IDENTIFICAÇÃO: MUSEUS, HEGEMONIA E SUBALTERNIDADE**

Dissertação de mestrado  
apresentada ao Programa  
de Pós-Graduação em  
Memória Social da  
Universidade Federal do  
Estado do Rio de Janeiro,  
como requisito parcial  
para obtenção do título de  
Mestre em Memória Social

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>.  
Andréa Lopes da Costa  
Vieira

Linha de pesquisa:  
Memória e Espaço

Rio de Janeiro  
Fevereiro 2017

JÉSSICA MARIA DE VASCONCELLOS SANTANA HIPOLITO

**A construção do discurso expositivo como ferramenta de identificação:  
Museus, Hegemonia e Subalternidade**

Dissertação de mestrado  
apresentada ao Programa  
de Pós-Graduação em  
Memória Social da  
Universidade Federal do  
Estado do Rio de Janeiro,  
como requisito parcial  
para obtenção do título de  
Mestre em Memória Social

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Andréa Lopes da Costa Vieira  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Edlaine de Campos Gomes  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup> José Jairo Vieira  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Para *Luiza Santana*, *Luis Cleber Santana*, *Carlos Gutemberg Santana*, *Neli Santana* (*in memoriam*) e *Vera Lúcia Santana*, os melhores pais que eu poderia ter. Que nunca mediram esforços para me proporcionar uma boa educação e que me deram apoio e amor irrestrito; a *Jhonson Campos*, pela paciência infinita; por fim, dedico à minha orientadora, *Andrea Lopes*, por servir-me como exemplo de profissional e educadora, e por suscitar em mim, ao longo desses seis anos, boa parte das reflexões que possibilitaram este trabalho.

## AGRADECIMENTOS

Os Agradecimentos são tantos que seria necessária uma dissertação apenas para contemplar todas as pessoas que me ajudaram nessa caminhada. Seja com ouvidos sempre prontos para todas as reclamações de cansaço e a constante ansiedade, seja com as palavras de afeto e perseverança. Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para que as forças nunca fossem perdidas.

Agradeço à minha mãe Luiza e meus tios, os pais que o Universo tão gentilmente me concedeu, mesmo que às vezes eu tenha certeza de que não os mereça. Homens e mulheres que não mediram esforços para que eu tivesse a melhor das criações e que, através da convivência, compreendesse a respeitar pluralidade do mundo. Todo sentimento de justiça, perseverança e honestidade inculcado em mim foi única e exclusivamente graças a vocês. Não existirão vidas suficientes a serem vividas para que eu possa ser grata.

Agradeço ao meu querido namorado Jhonson por ser a minha calma nos (muitos) momentos de tempestade.

Agradeço a minha amiga e irmã, Tamires, por vibrar com todas as vitórias e igualmente sofrer com cada contratempo. Por não desistir nunca da nossa amizade. Agradeço ainda a minha fantástica amiga Marília, que desde a graduação esteve sempre ao meu lado, compartilhando experiências inesquecíveis, bons e maus momentos e sem dúvidas, ajudando no meu crescimento pessoal e profissional.

A todos os amigos e amigas que estiveram presentes direta ou indiretamente. Sou grata a excelente turma de mestrado do ano de 2015, que me proporcionou conhecer pessoas maravilhosas e dedicadas. Agradeço principalmente aos amigos Jaqueline Bento, Mariane Vieira e Pedro Lo Duca por se mostrarem autênticos companheiros.

Agradeço, principalmente, a minha orientadora Andréa Lopes, por acreditar em mim e no meu potencial, por todos os (devidos) puxões de orelha, por todos esses anos de orientação, pelas risadas, por me proporcionar a vivência plena na academia, desde a graduação. Por ser amiga além de orientadora, e principalmente, por ser meu exemplo de profissional e a responsável por me dar a certeza de querer prosseguir na carreira acadêmica.

Por mostrar-me que pensar museus é definitivamente pensar a sociedade e que como museóloga, sou também responsável pelas transformações sociais.

Sou grata ainda aos professores Edlaine Gomes e Jairo Vieira pelos toques essenciais para a elaboração deste trabalho. Outros dois bons exemplos de dedicação e do verdadeiro “espírito acadêmico”.

Agradeço também a toda equipe de profissionais do Programa de Pós-graduação em Memória Social, Ercília e Dona Fátima, Aline e Patrícia, e em especial aos professores Francisco Farias, Leila Beatriz Ribeiro, Lobélia Faceira, Manoel Ricardo de Lima Neto e Amir Geiger. Por fim, sou grata aos incentivos proporcionados pela CAPES e CNPQ, sem os quais, a realização deste mestrado não teria sido possível.

## RESUMO

O espaço do museu, principalmente das exposições de longa duração, aparece como a via principal de comunicação desta instituição com o público. Sendo essas exposições, portanto, as que determinam e divulgam o que seria a 'missão institucional' do museu visitado, apresenta sua história como instituição assim como as memórias ali divulgadas. No entanto, desde sua construção, diversas relações de poder constituem este espaço, encarado ainda hoje como meio de distinção cultural, acaba por reproduzir a historicidade e as memórias de grupos dominantes.

A partir da observação das exposições museológicas refletimos como estas se constituem, pensando os objetos expostos, os textos e vídeos, analisando as formas e discursos expositivos que estes elementos pretendem representar e divulgar. Tomamos a questão racial como tema, visando observação de dois museus na cidade do Rio de Janeiro que se propõem contar a história e memórias dos negros no Brasil.

A análise constará da observação do discurso expositivo como um todo, e desta forma, a fim de compreendermos como se dá a construção identitária, através dos museus, deste grupo social, quais histórias e memórias são escolhidas para serem disseminadas ao grande público, pensando teoricamente os campos da memória, os estudos subalternos e reflexões sobre identidade negra dentro da constituição do Brasil como nação.

**Palavras-chave:** Memória Social, Museu, Raça, Subalternidade, Identidade

## **ABSTRACT**

The museum's space, especially for long-term exhibitions, appears as the main means of communicating this institution with the public. As these exhibitions, therefore, determine and divulge what would be the 'institutional mission' of the museum visited, presents its history as an institution as well as the memories disclosed there. However, since its construction, several power relations constitute this space, still considered as a means of cultural distinction, ends up reproducing the historicity and memories of dominant groups.

From the observation of the museological expositions we reflect how these constitute themselves, thinking about the exhibits, the texts and videos, analyzing the forms and expository speeches that these elements intend to represent and divulge. We take the issue of race as a theme, aiming at observing two museums in the city of Rio de Janeiro that intend to tell the history and memories of blacks people in Brazil.

The analysis will consist of the observation of the expository discourse as a whole, and in this way, in order to understand how the identity construction, through the museums, of this social group takes place, what stories and memories are chosen to be disseminated to the general public, theoretically thinking the fields of memory, the subaltern studies and reflections on black identity within the constitution of Brazil as a nation.

**Keywords:** Social Memory, Museum, Race, Subalternity, Identity



## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: A Redenção de Cã.

FIGURA 02: Cabeça de Negro.

FIGURA 03: Imagens da Escrava/Princesa Anastácia e Zumbi dos Palmares.

FIGURA 04. Instrumentos de suplício e pilão.

FIGURA 05: *Banner* Lima Barreto.

FIGURA 06: *Banner* Princesa Isabel.

FIGURA 07: Manchete Princesa Isabel – A volta da redentora.

FIGURA 08: Representação dos mausoléus da Princesa Isabel e seu marido Conde D'Eu.

FIGURA 09: Poço de sondagem 1.

FIGURA 10: Biblioteca IPN – Personalidades negras femininas.

FIGURA 11: Segunda sala expositiva – IPN.

FIGURA 12: Linha do tempo e vitrines expositivas.

FIGURA 13: Vitrine expositiva.

## **SUMÁRIO**

**INTRODUÇÃO: APRESENTANDO A MUSEOLOGIA COMO CAMPO, 11**

**DESENVOLVENDO CONCEITOS, 11**

**EXPOSIÇÕES E LINGUAGEM EXPOSITIVA, 15**

**1. MUSEUS, MEMÓRIA E RELAÇÕES DE PODER, 22**

**1.1 CONSTRUINDO MUSEUS: RELAÇÕES DE PODER E HEGEMONIA, 22**

**1.1.1 MUSEUS NA ORIGEM, ELABORANDO HIERARQUIAS, 22**

**1.1.2 RELAÇÕES DE PODER: MEMÓRIA E A POSSIBILIDADE DE RESISTIR, 26**

**1.1.3 MEMÓRIA E SOCIEDADE, 30**

**1.2 MEMÓRIA COLETIVA E O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DE MUSEUS NO BRASIL, 33**

**1.3 MUSEUS COMO INSTITUIÇÕES DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL, 38**

**2. RESSIGNIFICAÇÕES CONTEMPORÂNEAS: IDENTIDADE, RAÇA E SUBALTERNIDADE, 43**

**2.1 O PAPEL DA MEMÓRIA NO PROCESSO DE DESCONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES HEGEMÔNICAS, 43**

**2.2 SUBALTERNIDADE, RAÇA E IDENTIDADE: PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NEGRA, 47**

**2.2.1 SUBALTERNIDADE OU SUBALTERNIZAÇÃO?, 47**

**2.2.2 DISCUTINDO RAÇA NO BRASIL: O NEGRO COMO SUJEITO SUBALTERNIZADO, 52**

**2.2.3 SER OU NÃO SER NEGRO? EIS A QUESTÃO, 61**

**3. MEMÓRIA, REPRESENTAÇÕES ÉTNICAS E RELAÇÕES DE PODER NAS EXPOSIÇÕES, 66**

**3.1 BREVES COLOCAÇÕES: DOIS MUSEUS DO NEGRO, 66**

**3.2 MUSEU DO NEGRO, 70**

**3.3 INSTITUTO PRETOS NOVOS: MUSEU MEMORIAL, 78**

**4. CONSIDERAÇÕES FINAIS, 92**

**5. REFERÊNCIAS, 100**

## **INTRODUÇÃO: APRESENTANDO A MUSEOLOGIA COMO CAMPO**

### **DESENVOLVENDO CONCEITOS**

Antes de iniciarmos a nossa discussão, dois pontos importantes devem ser considerados: primeiro, a construção das indagações que este trabalho se propõe perpassa por dois campos do saber, a Museologia e a Memória Social que, de certa forma, são ainda recentes e, principalmente, estão em constante processo de resignificação; e segundo, as perguntas que resultaram no trabalho aqui disposto foram inicialmente pensadas para um trabalho de conclusão de curso, tendo em vista que após constantes e diversas visitas à exposições museológicas, foram surgindo algumas inquietações, não apenas quanto às formas de se expor, mas principalmente sobre como estavam se estabelecendo os discursos expositivos sobre os negros e as questões raciais no Brasil dentro dos museus. As questões que nortearão nosso trabalho são basicamente: 1) Como os negros são representados nos museus, quais narrativas são (re) produzidas acerca dos negros no Brasil? 2) Como os museus que se propõem representantes da “cultura negra” se comportam, agem de acordo com as representações existentes nos museus tradicionais ou conseguem extrapolar o senso comum?

O “olhar museológico” não se limita às características técnicas dos museus, não devemos pensar apenas se os objetos expostos estão bem conservados, se a arquitetura corresponde às necessidades das coleções, se os acervos estão dentro das normas e os objetos mantidos em condições ambientes favoráveis à sua preservação, se as legendas estão de fato legíveis e bem dispostas ou se as cores escolhidas pelo curador de fato compõem bem com as obras apresentadas. Tudo isso é sim, de extrema relevância e deve sempre ser levado em consideração. Contudo, a Museologia atual não se prende apenas à perfeição técnica, mas se (re) pensa, principalmente em se tratando dos discursos expositivos. Contudo, antes de adentrarmos nos quesitos de como a Museologia se constitui e o que a Memória Social tem a ver com todo o nosso processo de busca pelo conhecimento, precisamos delimitar algumas categorias específicas ao campo museológico que serão aqui tratadas.

Definir conceitos, tanto sobre as questões que envolvem a Memória Social

como campo, tanto quanto as que envolvem a Museologia é, se não dificultoso, minimamente desafiador. Levando assim em consideração que aqui trataremos de dois campos transpassados por diversos outros, sendo a Museologia interdisciplinar desde sua idealização e a Memória, para nós a Memória Social, um meio transdisciplinar devido a multiplicidade de áreas nas quais ela está inserida, tentaremos neste trabalho apresentar as definições que melhor se aplicam para esta pesquisa em questão. É claro, sem nos deixarmos esquecer que estas duas formas de saber não se restringem aos pontos aqui tomados, o que acaba por torná-las ainda mais interessantes.

Para as discussões aqui propostas é importante que inicialmente nos situemos no lugar que se encontra nosso objeto de análise: o museu. Nossa ideia está baseada na observação das exposições de longa duração, ainda é comum que vejamos alguns autores do campo utilizarem o termo “exposição permanente”, contudo, ao evidenciarmos a diferença entre esses dois possíveis usos trazemos a tona também um novo jeito de ver os museus. Ao escolhermos usar o termo “exposições de longa duração” em detrimento do “exposições permanentes” utilizado pelos profissionais de museu anteriormente estamos colocando estas instituições como espaços passíveis de mudança. Ainda que as exposições retratadas possam permanecer por longos períodos, este tempo será sempre determinado, ao contrário da antiga ideia de permanência. Afinal de contas, museus não devem ser imutáveis. Isso é algo importante de se salientar, visto que esta é a principal via de divulgação da história e memórias daquele local, a responsável por determinar sua missão institucional. É por isso que se torna imprescindível determinar o museu como local em que nosso objeto está inserido para que ele não seja confundido com o objeto em si. Se fôssemos tomá-lo como objeto de estudo não seria possível que observássemos apenas uma exposição, ou coleção, ou um objeto expositivo específico, seria necessário que analisássemos sua totalidade, a fim de compreendê-lo como um todo.

Sendo assim, após determinarmos que nosso recorte analítico são as exposições de longa duração, é importante que nos coloquemos a par não só dos meios utilizados pelos museus e através deles para a disseminação do seu conteúdo ao grande público, como também precisaremos estar cientes de alguns termos técnicos específicos relacionados ao campo da Museologia, de forma a

complementar nossa interpretação deste local e conseqüentemente entendermos como se dá a elaboração do papel e a formação das exposições. Antes de tudo então, vamos mesmo que inicialmente, apresentar a construção da Museologia como campo e os prelúdios do que seria um “pensamento museológico”, assim como determinaremos o que entendemos por museu, exposições museológicas e seu elementos expositivos.

Os estudos da Museologia como campo de conhecimento são iniciados, de acordo com Peter Van Mensch - museólogo holandês e professor de Patrimônio Cultural na Escola de Artes de Amsterdã - na Europa em meados da década de 50. Posteriormente o tema é discutido na Alemanha de 1960, onde um grupo de pensadores de museus define “a totalidade das atividades de museu” como objeto de estudo (MENSCH, 1994, p.1). Contudo, ainda nesta ocasião, não se havia chegado a uma conclusão definitiva sobre qual seria o objeto de estudo do campo museológico, uma questão que era constantemente problematizada e ainda muito discutida pelos teóricos que buscavam, além da consolidação da Museologia como campo teórico, a construção de uma terminologia específica para a área. É após 1965 que as diversas visões sobre a área museológica e seu estudo passaram a crescer, especialmente se levarmos em consideração que até aquele momento não havia de fato a existência de uma noção única sobre o que seria o ‘pensar museus’ como área de conhecimento, como um campo consolidado.

É o Comitê Internacional de Museologia (ICOFOM) <sup>1</sup> – que no ano de 1986 acaba por trazer novos conceitos para a discussão da área como campo do conhecimento e devido à diversidade de opiniões, Stransky<sup>2</sup> opta por não delimitar um ‘objeto de estudo’ específico e propõe a análise dos inúmeros objetos que se interligam e fazem parte do espaço da instituição, levando sempre em consideração as diferentes formas de se trabalhar um museu, o que reforça a sua característica como instituição multidisciplinar.

Essa “abertura” para a constituição de um pensamento museológico acabou

---

<sup>1</sup>Comitê Internacional de Museologia, criado em 1976, tem por responsabilidade a investigação, o estudo e difusão das bases teóricas da museologia como disciplina científica independente e analisa as principais tendências da museologia contemporânea.

<sup>2</sup>Um dos primeiros teóricos a estudar a Museologia como campo foi Z. Z. Stránský, que, ao final dos anos 1960, já havia proposto uma Museologia que fosse exposta em diversos aspectos, tanto os históricos, práticos e também estruturais. Traz a proposta de alinhar a Museologia com outros campos acadêmicos de forma que este campo recente pudesse ser aceito com uma ciência social contemporânea.

por dar vazão a algumas vertentes e modos de interpretar o estudo sobre museus. Para Peter Van Mensch, as linhas do pensamento museológico compreendem: o entendimento da “Museologia como o estudo da finalidade e organização de museus” (MENSCH, 1994, p.3), sendo este posicionamento um dos que acaba por compor uma visão mais tradicionalista da área, levando em consideração basicamente o estudo dos museus como o estudo dos objetos neles contidos. E é justamente esta vertente que perdura até meados dos anos 70, tendo os museus como foco, sendo interrompida apenas nos anos 80. Uma segunda tendência é a que encara teoricamente a área museológica “como o estudo da implementação e integração de certo conjunto de atividades, conjuntos estes que visavam principalmente a preservação e uso da herança cultural e natural” (MENSCH, p.5, 1994). Tendo em vista que, dentro do contexto da instituição, estes princípios são centrados numa ideia da Museologia como o estudo das funções e atividades realizadas nos museus, ampliando assim para as questões de preservação dos elementos que fazem parte do espaço museológico.

Muitos outros teóricos da área estipularam inúmeros conceitos sobre qual ou quais seriam os objetos de estudo da Museologia, trazendo como questões as atividades de colecionar e comunicar, além de refletirem sobre a área como algo para além do museu como instituição. No entanto, para este trabalho optaremos pelas considerações sobre a Museologia idealizadas por Stránsky, que considera a “Museologia como estudo da musealidade” (MENSCH, 1994, p.10). De acordo com o autor, essa musealidade é vista como objeto, entendendo a Museologia como área inerente ao interesse pela informação cultural. Stránsky define o objeto de estudo do campo museológico, em 1980, como uma “abordagem específica do homem frente à realidade cuja expressão é o fato de que ele seleciona alguns objetos originais da realidade, insere-os numa nova realidade para que sejam preservados [...], e faz uso deles de uma nova maneira, de acordo com suas próprias necessidades.” (MENSCH, 1994, p. 11-12). É justamente essa linha de estudo que serve como base para o pensamento teórico de alguns museólogos brasileiros, sendo também a vertente adotada pela museologia internacionalmente.

É através dessa definição que o homem deixa de ser pensado unicamente como o público visitante, mero espectador passivo das obras e objetos dispostos no

espaço expositivo, e passa a fazer parte da ideia de comunidade<sup>3</sup>, ou seja, como parte de um todo, este todo o museu em conjunto com local em que ele se encontra. De certa forma, pode-se remeter essa relação Homem e Objeto, construída primeiramente por Stransky (1980) e a posteriori por Gregorová<sup>4</sup>, à própria ideia de musealização, na qual o objeto é retirado de sua função supostamente ‘natural’, usual, e realocado nos acervos e exposições, local que agora se torna responsável pela sua documentalidade (desde sua função inicial e suas especificações até ao seu uso e funções adquiridas no museu), preservação e exposição. Segundo Cury (2004), ao atribuímos valores aos objetos selecionados, estes têm por objetivo causar o confronto do homem com sua realidade.

## **EXPOSIÇÕES E LINGUAGEM EXPOSITIVA**

Ainda que a Museologia não se restrinja ao estudo dos objetos no museu, os objetos museológicos são verdadeiras fontes primárias de informação<sup>5</sup> e pesquisa, sendo seu processo de escolha passo de extrema relevância na elaboração da linguagem ou do discurso expositivo, pois são estes que não apenas ilustrarão as exposições, mas muitas das vezes serão as ferramentas essenciais para a elaboração expositiva. Peter Van Mensch (1994) comenta que Museologia é:

[...] uma abordagem específica do homem frente à realidade, cuja expressão é o fato de que eles selecionam alguns objetos originais da realidade, inserindo-os numa nova realidade para que sejam preservados, a despeito do caráter mutável inerente a todo objeto e da sua inevitável decadência, e faz uso deles de uma nova maneira, de acordo com suas próprias necessidades. MENSCH, 1994, p.12.

Desta forma, a seleção dos objetos advindos da realidade (o mundo “real” de que faziam parte primeiramente) para dentro do conceito do museu está diretamente relacionada com as necessidades deste espaço, essa escolha acaba

---

<sup>3</sup>Entende-se por comunidade, aqui, o conjunto de trocas e interações referentes aos comportamentos humanos, que têm elementos em comum a serem compartilhados, sejam expectativas, significados, crenças e/ou valores.

<sup>4</sup>Anna Gregorová (antiga Checoslováquia) define a Museologia – a partir das ideias de Z.Z. Stránsky - como uma “nova disciplina científica que estuda relações específicas do homem com a realidade” – sendo esta relação baseada nas coleções que documentam o desenvolvimento da sociedade, concluindo que o museu é a instituição onde esta relação acontece.

<sup>5</sup>“3.1 Os acervos como Testemunhos Primários.

A política de acervos implementada pelo museu deve sublinhar claramente a importância desses acervos como testemunhos primários. Não deve se guiar apenas por tendências intelectuais do momento ou por usos habituais do museu.” – Código de Ética do ICOM, p. 17.

por refletir a ideia do discurso expositivo e por consequência, da missão institucional, que tal museu pretende disseminar.

Cury entende o processo de interação museu, exposições e público de forma que:

[...] o museu vai de encontro à cultura ao assumir que a significação da mensagem museal é uma construção cultural que acontece a partir das mediações do cotidiano do público visitante, ou seja, o cotidiano cultural sustenta a interpretação do público, da mesma forma que o receptor (o visitante de museu) é construtor ativo de sua própria experiência museal. Dessa maneira, a exposição é o local de encontro e negociação do significado museal (a retórica) e do meio (a exposição mesma) para a interação, como diálogo e exercício de tolerância, onde há reciprocidade entre museu e público. CURY, 2009, p.7.

A construção da narrativa de um museu ocorre de acordo com diversos fatores, como o período histórico a ser contado, ou a biografia e história do personagem principal de quem o museu trata, entre outros. Contudo, são os objetos ali apresentados que muitas das vezes criam conexões com o visitante. O fato de poder se observar os objetos originais que representam aquela narrativa acaba por ser o mais atraente, ainda hoje, nos museus. No caso dos museus em questão, estes objetos são as provas cabais dos acontecidos históricos, não apenas ilustrativos, mas também testemunhos, sobreviventes de uma época, são a representação material de um período há muito distante que ao serem musealizados, escolheu-se que não fossem esquecidos.

O museu trabalha, através das exposições, contextos diversos que são reflexos das práticas e relações sociais existentes, representando as sociedades de acordo com cada momento histórico. O processo de exclusão dentro dos museus está diretamente ligado às desigualdades sociais.

Os objetos selecionados para uma exposição são, na verdade, escolhidos (valorados) como suporte material de valores e significados que estarão presentes na exposição. É a materialização de uma poesia, é dar forma a um conceito através de objetos, é selecionar um objeto que sustente, em sua materialidade, uma ideia. CURY, 2005, p.26.

A relação do homem com o objeto ocorre através da exposição e assim é construída a comunicação entre museu e sociedade, portanto, é de responsabilidade dos profissionais de museu efetuar a relação entre o público e a



exposição. E é justamente através da análise de como o público se relaciona com o objeto apresentado que se constrói essa relação. A visão do museu como transformador social ainda é recente, as exposições tinham por costume ser meramente contemplativas para o público comum, os objetos e narrativas apresentados sendo destinados quase que exclusivamente a um público especializado, principalmente se levarmos em consideração os museus de arte e outros com conteúdos mais eruditos, que exigem certo domínio dos temas expostos. É um processo a desconstrução dos museus (como um todo) e suas exposições (principalmente) como elementos de distinção social, tendo em vista o fato de ainda reproduzirmos muitos conceitos que, mesmo que involuntariamente, reproduzem desigualdades. Sejam estas sociais ou culturais. Pierre Bourdieu trata a questão dos museus como ferramentas de distinção em diversas obras, trazendo à tona questões referentes ao capital cultural que os visitantes possam possuir, as sensações de pertencimento ou não àquele local. Bourdieu (1983) também faz menção às culturas, religiões, artes ditas “populares”, um museu de “cultura popular”, por exemplo, já está inserido nessa relação do que é distinto versus o que é comum. A delimitação implicada nessa questão, através da palavra “popular” é de que existe de fato aquilo que é culturalmente aceito como cultura, religião e arte de fato em contraposição àquilo que se encontra nas camadas populares, que são do “povo”.

E justamente por causa dessas questões que entendemos a importância de evidenciar que as exposições museológicas são formadas por recortes, por determinadas perspectivas e modos de olhar, apenas partes de um todo. Os objetos escolhidos são dispostos a fim de formar mais uma narrativa das diversas passíveis de formação.

Atualmente, as exposições são pensadas por profissionais de diversas áreas e que, em sua maioria, têm por objetivo comum transmitir e comunicar ao público as informações ali contidas, o que reforça a característica multidisciplinar dos museus e da Museologia em si. Assim sendo, busca-se desenvolver uma interação público-exposição, procurando conceber algum tipo de conhecimento, a rememoração de memórias e que seja gerada principalmente, uma reflexão sobre o assunto proposto. Pensando a exposição como um discurso, todo elemento expositivo nela contido faz parte da narrativa, seja dos elementos textuais aos objetos ali expostos

e musealizados.

Para complementar nossa discussão e simplificá-la quanto a terminologia que aqui será utilizada, tomaremos como apoio principal para a interpretação dos termos e conceitos técnicos da área museológica a obra *Conceitos Chaves da Museologia* (2013), idealizada por André Devallées, museólogo francês e Françoise Mairesse, museólogo belga, ambos membro do ICOM (Conselho Internacional de Museus). Este livro e dicionário é o resultado de um projeto desenvolvido pelo ICOFOM (Comitê Internacional para Museologia) que tem por objetivo a criação de um dicionário conceitual, sendo uma ferramenta de extrema importância para a compreensão e o compartilhamento do vocabulário empregado no âmbito museológico, visando uma comunicação mais eficiente tanto para os profissionais da área e estudantes quanto para leigos. A versão brasileira conta com, além das definições conceituais, comentários sobre os mais diversos usos de tais conceitos no campo museológico no Brasil e no mundo.

São as exposições a principal via de disseminação informacional dos museus e é justamente através delas que ocorre a divulgação do conteúdo presente no museu visitado. Neste sentido, é principalmente através dos objetos, legendas e textos auxiliares utilizados nestas exposições que o discurso produzido pelos museus é retratado. Scheiner argumenta que “apenas na relação entre conjunto expositivo (objeto) e visitante (sujeito) é que cada exposição se realiza – e é por meio desse processo que os museus tornam-se poderosas agências comunicacionais” (SCHEINER, 2000).

As exposições museológicas, - utilizaremos neste trabalho justamente o termo “exposições museológicas” devido ao fato de que as duas exposições que serão pensadas neste trabalho estarão realizadas dentro da instituição museu e por isto diferem das demais exposições possíveis, como as realizadas em eventos, shoppings, centro culturais e demais localidades - ao fazerem parte dos museus e sendo os objetos expostos pertencentes às coleções destes museus, são em parte, características do local em que se encontram expostas. Desta forma, acabam por fazer parte de sua história e complementando através dos objetos os discursos passíveis àqueles lugares.

Sendo assim, geralmente representam as perspectivas da sociedade em que os museus estão inseridos, sendo assim, vale lembrar que é importante que cada

museu apresente de forma clara sua missão como instituição, basicamente, esta “missão” é o “deixar claro a que veio” de forma a evidenciar para quem, como e principalmente para quem os recortes da realidade ali apresentadas se destinam.

Vale considerar que as diversas interpretações que podem ser feitas pelo público visitante do museu sobre a exposição museológica depende, em grande parte, do capital cultural que tal visitante possui. Toda a carga informacional presente no visitante, sua história de vida, são elementos a serem levados em consideração quando falamos da interpretação tida por este visitante na exposição. Outro fato importante é que esteja claro para o público o fato dos museus apresentarem apenas recortes da realidade, ou melhor, que ele (o museu) apenas demonstra uma das diversas formas de se abordar e apresentar o conteúdo exposto.

Encaramos como conteúdo pode os próprios objetos musealizados, filmes elaborados para aquela exibição, textos explicativos, as legendas das obras e objetos expostos, assim como os sites, exposições virtuais, *banneres*, *folderes* e outros recursos gráficos que sirvam tanto para divulgação quanto para a complementação da exposição. Todos esses elementos configuram o que chamamos discurso expositivo, e para além, o espaço do museu, a localidade em que a instituição se encontra, tudo isso contribui, faz parte e principalmente, interfere, na exposição em si. Chamamos de objetos musealizados todo objeto de museu, componente de sua coleção ou não, mas que ao adentrar a instituição e ser exposto através dela sofre um processo de musealização. Tais objetos são deslocados de sua função de origem e passam a integrar, quando expostos, a linguagem expositiva e são impregnados de novos sentidos, adquirindo naquele espaço uma característica de instrumento de pesquisa e de produção de conhecimento. De acordo com os Conceitos Chaves da Museologia (2013) esse processo de musealização dos objetos:

Não se trata de contemplar, mas de ver: o museu científico não apresenta somente os objetos belos, mas convida à compreensão dos seus sentidos. O ato da musealização desvia o museu da perspectiva do templo para inscrevê-lo em um processo que o aproxima do laboratório. p. 59

Outro ponto importante de se evidenciar é a diferença entre exposição museológica e coleção, ainda que ambas trabalhem os objetos (materiais ou

imateriais) e suas questões, a primeira pode ser formada por objetos pertencentes a várias coleções a fim de formar uma linguagem expositiva específica; já a segunda, geralmente contém um grupo de objetos que possuem relação direta entre si, são partes de um todo que fazem sentido quando reunidos, formando um conjunto que seja, ainda que relativamente, significativo e coerente.

É através da observação dos elementos que compõem os discursos expositivos que surgiram as questões que orientam este trabalho. A construção das narrativas expressas nas exposições museológicas sobre o ser negro no contexto brasileiro são compostas pelos mais diversos elementos expositivos. Os dois museus aqui estudados, o Museu do Negro e o Museu Memorial do Instituto Pretos Novos demonstram através de suas exposições o que estes espaços entendem sobre os negros na sociedade brasileira, trazendo tanto questões históricas quanto culturais, memórias de personalidades e também características específicas a estas duas instituições. O objetivo geral deste trabalho busca compreender, através da observação das exposições museológicas de longa duração, como se dá a representação do negro, levando principalmente em consideração que as duas instituições têm a questão negra como proposta central. Observando os elementos expositivos utilizados, como vídeos e sites produzidos pelos museus, objetos expostos e legendas, textos explicativos, assim como outros recursos como os *banneres* e *folderes* sobre o conteúdo expositivo, levando em consideração que estes elementos fazem parte das exposições e de sua linguagem expositiva. Encararemos as exposições como um todo que culmina no discurso expositivo. Ainda, levaremos em consideração que as exposições aqui analisadas são pertencentes a duas instituições diferentes e que compõem suas exposições de acordo com suas particularidades, ainda que a temática racial seja comum.

Os objetivos específicos estarão pautados na percepção das perspectivas e do alcance dessas entidades culturais nas comunidades em que estão inseridas. O que elas significam, a que se propõem e principalmente, qual o papel estão efetuando nos locais em que se encontram.

Levando principalmente em consideração o ato de pesquisa inserido em duas áreas interdisciplinares como a Museologia e a Memória Social, pensa-se este trabalho como um meio capaz de suprir as possíveis lacunas que venham a surgir e, portanto, agir como uma alternativa à proposta disciplinar. Propõe-se então, uma

pesquisa qualitativa, levando em consideração os traços subjetivos e peculiaridades de cada museu analisado.

Os dois primeiros capítulos deste trabalho pretendem embasar teoricamente a pesquisa no que concerne às discussões relativas às disputas pela memória e suas consequências na sociedade, o primeiro inicia uma discussão sobre o surgimento dos museus no Ocidente, objetivando com isto elucidar as propostas, influências dessa instituição. Observaremos aqui os prelúdios de sua criação, os momentos históricos em que os principais museus surgiram na Europa, as relações de poder imbuídas em sua construção e as posteriores consequências de sua criação como instituição ligada ao Estado. Já o segundo capítulo, se propõe a avaliar as construções de memórias, tanto coletivas, quanto subalternizadas, pensando os critérios de subalternização e o processo de formação racial brasileiro, especificamente encarado a posição do negro na sociedade, a fim de analisar como estes processos se constroem e as possibilidades de mudanças nos discursos através do surgimento de memórias subterrâneas. Por fim, o terceiro capítulo objetiva analisar os museus pesquisados e refletir sobre suas exposições de longa duração, quais os discursos por elas apresentados no que concerne à questão do negro no Brasil e se as memórias por eles produzidas e apresentadas permanecem pautadas na ideia de subalternização racial ou se conseguem extrapolar estes limites, a fim de criar novas perspectivas.

## CAPÍTULO 1. MUSEUS, MEMÓRIA E RELAÇÕES DE PODER

### 1.1 CONSTRUINDO MUSEUS: RELAÇÕES DE PODER E HEGEMONIA

#### 1.1.1 MUSEUS NA ORIGEM, ELABORANDO HIERARQUIAS

Em se tratando do processo histórico e social de “surgimento” dos museus, poderíamos (ou deveríamos?) iniciar nossa discussão acerca da constituição dos museus como instituição partindo das inúmeras elucubrações sobre os antigos Gabinetes de Curiosidades, como de costume? Bem, como levaremos aqui em consideração as noções pertinentes aos museus na contemporaneidade, optou-se por uma elucidação das principais características museológicas surgidas a partir da abertura dessas coleções que *“obedecendo a determinados critérios, e não somente ao capricho do proprietário, inaugurou a época dos museus modernos”* (POULOT, 2013).

Em suma, abordaremos então a temática do museu tradicional, levando em consideração aqui o museu moderno - surgido a partir da abertura das coleções dos grandes nobres e intelectuais ao público comum -, advindo do pensamento revolucionário francês e que de acordo com os pensamentos políticos e sociais da época, baseados nos preceitos burgueses de igualdade, liberdade e fraternidade, tornam este espaço público. Sendo assim, a consolidação dos ditos museus modernos se dá no final do século XVIII, como mencionado por Julião:

Se a conjuntura da Revolução Francesa, em fins do século XVIII, traçou os contornos da acepção moderna de museu, esta se consolidaria no século XIX com a criação de importantes instituições museológicas na Europa. Em 1808, surgia o Museu Real dos Países Baixos, em Amsterdã; em 1819, o Museu do Prado, em Madri; em 1810, o Altes Museum, em Berlim, e em 1852, o Museu Hermitage, em São Petersburgo, antecidos pelo Museu Britânico, 1753, em Londres, e o Belvedere, 1783, em Viena. Concebidos dentro do “espírito nacional”, esses museus nasciam imbuídos de uma ambição pedagógica – formar o cidadão através dos conhecimentos do passado – participando de maneira decisiva do processo de construção das nacionalidades. Conferiam um sentido de antiguidade à nação, legitimando simbolicamente os Estados nacionais emergentes. JULIÃO, 2001, p. 21.

E é a partir deste contexto, que podemos considerar o espaço do museu como algo revolucionário, na medida em que representa um dos pontos de ruptura

na conjunção social francesa e agindo, portanto, como uma das linhas limítrofes que separam e ressignificam os últimos momentos da monarquia dentro da nova sociedade moderna. E, já neste início, fica evidenciada a função deste local como meio de disseminação de ideais. Sendo assim, é a partir das últimas décadas do século XVIII, que ocorre a abertura das coleções para o grande público, sendo este um momento histórico relacionado a dois importantes processos: o de modernização de instituições e o de constituição dos Estados-Nação.

A fundação dos museus nacionais, iniciada em grande parte pela Revolução Francesa, converte, em seguida, o direito de entrar no museu em um direito do cidadão e, ao mesmo tempo, em uma necessidade para a identidade e para a reprodução de uma nova comunidade imaginária. POULOT, 2013, p. 59.

É este tipo de museu que os nossos refletem, constituídos dentro desse imaginário ocidental e europeu de modernidade, repetindo desde sua estrutura mais básica e formato até as formas de representação discursiva. Como expressado por Botallo:

Esse tipo de museu, nascido na Europa, torna-se modelo por nos importado, não apenas no formato, mas também na estrutura de representação. Sua constituição inicial implica em alguns fatores básicos: a existência de uma coleção; a exposição pública dessa coleção; a presença do público. BOTALLO, 1995.

A partir deste momento de elaboração de museus como uma nova instituição pública, de acordo com Françoise Choay em sua obra “A Alegoria do Patrimônio”, foram elaboradas, posteriormente no século XIX, estruturas, tanto técnicas quanto jurídicas e políticas, de preservação do que agora era considerado o patrimônio francês. Este movimento de “estatização”, das coleções, seus documentos e objetos, acaba por contribuir, segundo o autor, para dois processos por ele definidos como: *O primeiro, cronologicamente, é a transferência dos bens do clero, da Coroa e dos emigrados para a nação. O segundo é a destruição ideológica de que foi objeto uma parte desses bens, a partir de 1792 [...] (CHOAY, p. 97).* Ocorre então uma reconfiguração de um discurso nacional, pautada na recuperação desses bens pela Nação francesa, com o intuito de difundir o sentimento de pertencimento, civismo, instruindo a nação.

A consolidação dos museus emerge de fato com a Revolução Francesa no final do século XVIII, no entanto, é no século seguinte que essa concepção moderna

de museu se consolida devido a criação dos mais importantes museus da Europa, como o *Altes Museum* em 1810 na Alemanha e o Museu do Prado em Madri, em 1819, estes antecidos apenas pelo Louvre, o Museu Britânico e o Belvedere, inaugurados no final do século anterior. Todos estes museus têm como caráter comum sua elaboração planejada dentro dos preceitos de construção de um estado-nação, o que culmina na missão de educar o público de forma a transformá-lo em cidadão de forma a contribuir decisivamente para o processo de formação das nacionalidades. De acordo com Julião, estes museus “*Conferiam um sentido de antiguidade à nação, legitimando simbolicamente os Estados nacionais emergentes.*” (JULIÃO, 2001, p. 21).

Ainda, é interessante pensarmos que o museu, como instituição, existe nas mais diversas sociedades e que sua função principal é a de disseminação dos mais diversos valores culturais e artísticos, sendo àquele que tem em seu espaço informações das mais variadas, local de estudo, além de contemplação. Contudo, muitas das vezes a elaboração dos discursos ali apresentados não deixa evidente a dimensão reflexiva que deveriam e acabam por, além de expressarem recortes da realidade, serem interpretados como verdades únicas. Estes espaços têm o poder de construir, elaborar e afirmar, através da seleção dos objetos expositivos, o que pode ou não ser considerado história, quais as memórias que são eleitas a serem disseminadas e por fim, delimitam o que é ou não cultura. De certa forma, se torna possível a manipulação, a confecção dos mais diversos discursos, e, portanto, que se discute o poder inerente aos museus. Justamente o conhecimento desse processo que, acaba por vezes passando despercebido ao público, contribui para a visão meramente contemplativa desse espaço, ao invés de suscitar reflexões. Quando se pensa no museu como local de contemplação e o público como meio passivo, toda a informação ali é irrefletida, transformando aquele espaço de local de recorte da realidade para um de verdade incontestável. Botello ainda afirma que:

Esse desconhecimento ocorre, ainda devido ao recorte francês sobre o papel do museu e do qual nos servimos como parâmetro instituinte do fenômeno museal no nosso país (no mais, em grande parte dos países tem sido assim). [...] O ideário francês, partia do princípio de que há objetos de varias naturezas que “representam” de fato um caráter nacional e que, portanto, deveriam ser protegidos num espaço neutro, que teria a função de salvaguardar e, conseqüentemente, documentar e exibir tais objetos a apreciação publica. O contato com aqueles bens reproduziria, por eles mesmos,



a ideia de nação que se desejava implantar. BOTALLO, 1995

É justamente através desses objetos que se constituem os discursos expositivos e conseqüentemente também são constituídos os ideais escolhidos pelos museus a serem transmitidos ao grande público. A ideia de nação é, portanto, construída neste espaço que, para os revolucionários franceses seria o museu um campo neutro e acrítico, justamente por demonstrar os objetos que representavam o caráter nacional, haja vista que esse caráter de neutralidade ainda muito difundido e empregado quando o assunto são as exposições e discursos produzidos por diversos museus. No entanto, os objetos expositivos ali apresentados acabam em sua maioria, por representar e reproduzir valores hegemônicos, pertencentes à elite. No entanto, são constantemente demonstrados como símbolos que determinam os valores da sociedade em geral.

De acordo com Poulot (2013), em seu livro *Museu e Museologia*, “o museu clássico do século XIX, na Europa, é o símbolo de uma nação ou de uma coletividade” POULOT, 2013, p. 63. Sendo os objetos de suas coleções públicas os responsáveis pela representatividade e pela construção discursiva de uma determinada cultura, que têm imbuídos em sua autenticidade o caráter necessário para organizar e disseminar determinada memória cultural. E ainda segundo o autor; “Qualquer que seja a natureza de sua coleção, o museu é guiado, em sua disposição seu crescimento e a orientação de sua pesquisa, por uma missão de instrução pública que lhe confere toda a sua legitimidade.” POULOT, 2013, p. 64.

Nossa discussão sobre a “origem” dos museus modernos iniciados na Europa do século XVIII, tendo como palco as questões relacionadas à Revolução Francesa, principalmente, além de suscitar alguns questionamentos sobre as funções iniciais dos museus, mas também explica muitas das características ainda existentes nesses locais. Muito desse museu inicial ainda se faz presente nos museus tradicionais - levamos aqui em consideração principalmente os museus históricos, de história natural e de belas artes - em todo o mundo. E esta “forma de fazer museus” acaba por influenciar inúmeras instituições culturais que já existem e que ainda estão se constituindo. Esperar que museus e instituições culturais em geral ditem o que é ou deixa de ser história, cultura e arte, mesmo que na atualidade, faz parte do imaginário das sociedades e esse poder de decisão do que deve ou não

ser considerado como cultura está permeado de disputas e influencia diretamente na constituição da memória, história e cultura de determinados locais. As memórias construídas e expressas nesses espaços são, além de meios, fins que representam as mais diversas lutas simbólicas existentes entre os grupos sociais.

### **1.1.2 RELAÇÕES DE PODER: MEMÓRIA E A POSSIBILIDADE DE RESISTIR**

Propõe-se aqui refletir acerca da importância da memória e seus usos, seja para a manutenção de desigualdades e preservação do poder de grupos hegemônicos, seja como meio de transformação social e resistência. Discutiremos neste momento, como podem ocorrer os processos de formação de relações de poder através da elaboração de memórias e como estas se estabelecem. Sem nos esquecermos das influências que incorrem destas disputas nos diversos campos da sociedade entendendo a memória como campo em constante processo de construção e desconstrução.

Para tanto, tomaremos as reflexões de Michel Foucault, Max Weber e Pierre Bourdieu que, a princípio, por mais que pareçam divergir, trazem contribuições (e neste sentido, complementam-se) para que, mais adiante, possamos formular uma reflexão acerca das relações entre memória e poder.

Neste sentido, talvez Foucault seja o autor que mais tenha escrutinado a questão das relações de poder, ainda que seu intento principal não tenha sido este: *“gostaria de dizer, [...] qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos. Não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise.”* (FOUCAULT, 1995, p. 231). Refletindo sobre o sujeito, o autor nos traz a construção de relações de poder como algo diretamente interligado às associações estabelecidas pelo indivíduo em sua vivência social. Para o autor, ao contrário do que se possa imaginar, o caminho para a tentativa de uma conceituação sobre o poder não está necessariamente no ato de refletir sobre o que seria o poder em si, mas nas formas às quais as resistências a esse fenômeno se apresentam (FOUCAULT, 1995). A interpretação foucaultiana que se refere ao poder foge daquilo que alguns autores vêem como uma noção negativa (MARINHO, 2008), a qual compreenderia uma abordagem fundamentalmente orientada para oprimir e suplantado. Neste caso, refletir sobre o que seria poder exprime a necessidade de

vinculá-lo à noção de dinamismo e não como algo estático ou exclusivo de determinados indivíduos, grupos, classes ou instituições. O poder como coerção, aquele estabelecido em relações nas quais têm-se o opressor e o oprimido, não implica necessariamente em relações de poder e sim em relações entre o indivíduo e as instituições, sendo estas instituições as mantenedoras de uma ideia, para o autor, errônea do que se entende por poder, discutido amplamente pelo autor em sua obra “Vigiar e Punir”<sup>6</sup>. Seria não apenas a imposição de algo ou alguém (instuição, grupo ou classe social) sobre outro ou outrém, mas necessariamente as ações e reações, sendo um termo que *“designa relações entre “parceiros” (entendendo-se por isto não um sistema de jogo, mas apenas - e permanecendo, por enquanto, na maior generalidade - um conjunto de ações que se induzem e se respondem umas às outras).* (FOUCAULT, 1995, p. 240)”. Portanto, se o poder como algo estático, exclusivo, contido por um soberano, não existe para o autor (já que o poder é dinâmico), o que sempre houve na verdade foram as relações de poder.

Quando fala-se de poder, as pessoas pensam imediatamente a uma estrutura política, um governo, uma classe social dominante, o mestre frente ao escravo, etc. Isto não é de nenhum modo aquilo que eu penso quando falo de relações de poder. Eu quero dizer que, nas relações humanas, qualquer que sejam - que trate de comunicar verbalmente, como fazemo-lo agora, ou que trate-se de relações amorosas, institucionais ou econômicas -, o poder continua presente: eu quero dizer a relação na qual um quer tentar dirigir a conduta do outro. Estas são, por conseguinte, relações que pode-se encontrar em diversos níveis, sob diferentes formas; estas relações de poder são relações móveis, ou seja elas podem alterar-se, elas não são dadas de uma vez para sempre. Foucault, 2001, p. 1538.

Já Max Weber, em duas de suas obras “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” (2008) e “Três tipos de Dominação Legítima” (2008), reflete sobre as questões que envolvem poder e dominação na ‘teia’ das relações sociais tendo por objetivo principal a compreensão do que seria uma conduta social, uma ética inerente às relações sociais e como as lutas pelo poder e dominação estariam interligadas a essas dinâmicas. Para o autor, poder e dominação diferem, já que o

---

<sup>6</sup>FOUCAULT, Michel. “Vigiar e Punir: história da violência nas prisões.” 10ª edição. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1979.

O autor procura em seus estudos analisar as mais diversas formas históricas do poder, a partir das suas práticas presentes dos séculos XVI ao XVIII. Tem como uma das suas preocupações “não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, [...]” (FOUCAULT, 1995, p.183) - Microfísica do Poder.

primeiro significaria a possibilidade de se impor a própria vontade no contexto de determinadas relações sociais, ainda que haja alguma resistência, utilizando-se de recursos que legitimem esse poder. Mais especificamente, seria necessário uma justificativa, expertise, ou qualquer outro recurso legitimado para exercer o poder. Em se tratando da dominação, Weber a trata como um tipo de poder específico, aplicada mais concretamente, onde prevalece efetivamente a vontade de um “dominador” sobre um “dominado” a qual estabelece uma relação tanto de mando quanto de obediência. Sendo assim, a fim da manutenção de uma dada ordem social, as relações de dominação estariam basicamente caracterizadas de forma legítima além de serem constantemente reconhecidas como necessárias.

Nossa discussão sobre as questões que envolvem poder e dominação não pretendem de forma alguma esgotar os questionamentos desses conceitos, mas contribuir para o pensamento aqui proposto no quesito das desigualdades existentes na construção das relações sociais e conseqüentemente das estruturas que compõem essas relações, pensando ainda como estas se refletem nos mais diversos campos sociais, principalmente na questão da formação dos museus e suas linguagens expositivas.

Ao apresentarmos o poder como algo mutável, que depende diretamente das ações ocorridas nas inúmeras relações que podem ser formadas, extrapola os limites da dicotomia opressor e oprimido, explorador e explorado. Nos traz outras possibilidades dentro das relações de poder, nas quais o dinamismo frequente é o que possibilita as constantes transformações dentro da esfera social. No que concerne ao campo da memória e ao surgimento de memórias anteriormente suplantadas no caso das memórias subterrâneas estas podem ser tidas, como veremos posteriormente, por um bom exemplo de como o poder se desenvolve através das relações em sociedade. Estando assim, inerente à vida social.

Quando Bourdieu se refere à ideia de poder, ela está inserida no contexto simbólico, “[...] é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.” (BOURDIEU, 1989, p. 7). Enquanto Foucault avalia o poder como algo pertinente às relações, é intrigante observarmos a associação bourdiana de poder com os mecanismos de distinção e, portanto, de dominação simbólica. Baseado na tradição marxista e repensando o conceito de classe, acaba por observar as

funções políticas privilegiadas contidas nos sistemas simbólicos que acabam consequentemente relacionadas aos interesses mantidos pelos grupos dominantes. Assim, a distinção entre as classes é acentuada, já que a cultura dominante serviria de respaldo à manutenção das desigualdades que aumentam a distinção entre determinados grupos sociais.

Desta forma, um grupo dominante que tem o seu poder fundamentado na manutenção do capital econômico determina e legitima a sua dominação através de sua própria cultura, sua produção simbólica. Para o autor, o poder simbólico tem característica estruturante e estruturada, o que significa que ao mesmo tempo em que institui é instituído. Isto explica a manutenção de poder por determinados grupos e sua constante legitimação. Portanto, este tipo de integração social é determinado através de um consenso (nem sempre perceptível), o qual, por sua vez, dá respaldo à hegemonia e subsequentemente à manutenção da dominação.

Com duas propostas diferentes de abordagem quanto à temática do poder, Foucault, sem a pretensão de uma conceituação teórica e mais focado no processo pelo qual o poder se exerce, nos mostra a impossibilidade de haver um ente ou entidade que possua exclusivamente o poder independente de quem o pratique, já que todos são passíveis de exercer ou não poder em maior ou menor escala. Já Bourdieu define um novo conceito de poder ao elaborar o poder simbólico e explicita a função de dominação dos sistemas simbólicos que acabam por garantir a manutenção das desigualdades no que concerne às culturas dominantes. E desta forma, as ideologias hegemônicas tendem por se apresentar como interesses universais (BOURDIEU, 1989).

Assim, estabelecendo uma analogia entre os autores, as duas propostas de poder apresentadas atuam no processo de construção da realidade social. De forma concisa, tanto o poder simbólico em Bourdieu e as relações de poder em Foucault atuam legitimando os sistemas de dominação e hegemonia através da construção de verdades. Isto ocorre na sociedade no campo das disputas ocorridas entre diversos grupos sociais, que voltam-se à competição pelo “poder simbólico” no que se refere às representações, tal qual aponta Bourdieu:

[...] nos conflitos simbólicos da vida cotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica (produtores a tempo inteiro) e na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima (cf. Weber), quer dizer, do poder de

impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social (BOURDIEU, 1989, p. 11-12).

As desigualdades referentes a estas questões são evidenciadas quando a produção de discursos ou como no nosso caso, a produção de memórias, são elaboradas por interesses particulares e disseminadas como sendo universais. Desta forma, os grupos dominantes acabam por legitimar a ordem por eles estabelecida, criando consensos e conseqüentemente à manutenção da dominação sobre os dominados, já que são os detentores do poder. Segundo Bourdieu, “[...] *poder de manter a ordem ou de subvertê-la, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras.*” (BOURDIEU, 1989, p. 15). Em se tratando de disputas pelo poder simbólico, o próprio campo da memória é o terreno onde essas lutas acontecem. Principalmente quando colocamos em pauta as memórias silenciadas, apagadas, e suas constantes tentativas de reivindicação. Nesse sentido, no contexto das sociedades, diversos grupos disputam o controle sobre as memórias e a manutenção ou desmantelamento de hegemonias, isto é, fazer com que determinadas memórias tenham papel protagonista em detrimento de outras. Sendo assim, as disputas pela memória representam uma das melhores formas de legitimação e manutenção do poder, e juntamente nesta conjuntura que podemos inserir os museus, como espaços de manutenção e divulgação de histórias oficiais e memórias, conseqüentemente, permeado pelos processos de disputa que ali se desenvolvem.

### **1.1.3 MEMÓRIA E SOCIEDADE**

A apresentação do campo da memória para além da simples rememoração é algo muito discutido na atualidade, visto o aumento de lugares de memória como museus e monumentos (FARIAS, 2011). Dentre as diversas percepções teóricas passíveis de serem abordadas acerca da memória, aqui especificamente, tomaremos a Memória Social em seu papel como uma “[...] *atividade simbólica, ou seja, um conjunto de fenômenos significados [...] nos quais o sujeito firma pactos necessários ao reconhecimento e à sobrevivência.*” (FARIAS, 2011, p. 8), a

memória como meio catalisador das transformações sociais sendo mais um dos campos passíveis de suscitar reflexões sobre as relações sociais. Podemos então aferir que a memória é condição da vida em sociedade, sendo característica intrínseca no que concerne às relações sociais, não podendo ser interpretada meramente como um resgate do passado e sim permeada de contextos que transpassam e contemplam todas as relações, sejam elas de rememoração ou esquecimento, no presente.

Partindo desta premissa, torna-se fundamental o retorno ao processo teórico de Maurice Halbwachs e suas considerações sobre o campo da memória. É preciso lembrar ainda, que toda a construção teórica da memória como temática em Halbwachs é influenciada pela abordagem durkheimiana, que dá ênfase aos fatos sociais<sup>7</sup>. Refletindo sobre a relação da memória com o meio social, o autor toma como princípio a instituição do conceito de uma memória coletiva (HALBWACHS, 2006) a qual se determina pela preponderância do organismo social como determinante sobre o indivíduo. Nessa perspectiva, a discussão de alguns aspectos referentes à memória em Halbwachs contribui para uma reflexão de seu caráter social, pensando a memória como temática que ultrapassa a individualidade. Para o autor, o simples ato de lembrar requer a existência de um acontecimento e de um ator e, conseqüentemente, a lembrança não pode existir à parte da sociedade.

Nessa perspectiva, temos a noção de memória construída nos grupos sociais e pelos grupos sociais. Sendo estes grupos determinantes no que condiz aos processos de rememoração, manutenção e preservação das memórias a eles inerentes (HALBWACHS, 2006). Desta forma, as relações entre memória e sociedade ocorrem para além do indivíduo, são refletidas nele de acordo com o(s) grupo(s) que tal indivíduo transita. Assim, esse indivíduo e suas lembranças só existem na medida em que tal indivíduo também é produto do grupo no qual está inserido (HALBWACHS, 2006), conseqüentemente produto da sociedade, visto que, *“nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos”* (HALBWACHS, 2006, p. 30).

Ainda que exista uma memória individual, esta é formada de acordo com os contextos ocorridos entre os diversos grupos nos quais o indivíduo permuta. Desta

---

<sup>7</sup> Ver DURKHEIM, É. *As Regras do Método Sociológico*, São Paulo, Martins Fontes, 2007.

forma, há uma relação *sui generes* contida entre a memória individual e a memória coletiva, levando em consideração que o indivíduo só lembra enquanto parte de um grupo no qual as lembranças possuam significado para ambas as partes, tanto o grupo, quanto o indivíduo. A possibilidade de uma memória individual aparece em primeira instância para Halbwachs sendo apenas possível se apresentada como a internalização individual daquilo construído socialmente, com o coletivo. Sendo assim, a memória de tal indivíduo é construída no contexto das memórias dos diferentes grupos em que o indivíduo possa se encontrar e as constantes influências a que ele está exposto nessas relações.

para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum. (HALBWACHS, 2006, p. 39).

Assim, o que Halbwachs nos apresenta como memória coletiva compreende as memórias de um grupo e também, as memórias individuais de cada um dos componentes deste grupo, que por sua vez pertencem e compreendem a outras tantas memórias quanto grupos existentes. Encontramos aí um ponto crucial no pensamento Halbwachs sobre a memória. Se ela (a memória) existe dentro do contexto das relações sociais, portanto, a sua existência, a capacidade de lembrar (no caso, rememorar) só é possível se o que mantinha o vínculo que mantinha um grupo como tal continuar a existir (Halbwachs, 2006). Portanto, as memórias coletivas dependem fundamentalmente dos grupos sociais em que se encontram. Quando não ocorre a identificação da memória do indivíduo com a do grupo, como resultado, tem-se a não rememoração e assim, os quadros de lembranças, "*quadros sociais de memória*" (Halbwachs, 2006) responsáveis pela manutenção dos fluxos de lembranças, não dão suporte à memória coletiva. No entanto, é a permanência desses quadros de lembranças atuantes sobre os indivíduos que dão o suporte necessário para que haja a rememoração e para que a memória coletiva se conserve, sendo eles os responsáveis por delimitar o que se lembra ou esquece.

É possível então, refletir em Halbwachs sobre o processo de manutenção e reforço das memórias coletivas (memórias oficiais pertencentes às camadas hegemônicas), tendo essa memória coletiva parte da responsabilidade pela



reprodução de relações de desigualdade. Como vimos anteriormente com Bourdieu e suas considerações sobre o poder simbólico, as classes dominantes, ao reterem o controle dos meios sociais, acabam por reproduzir e disseminar as memórias coletivas a elas pertinentes. Todavia, como predito por Foucault, o poder tem por característica o dinamismo, portanto, a insurreição de memórias contrárias às de dominação hegemônica por determinado grupo ou classe pode ser possível.

No entanto, ainda que exista esta possibilidade de reconfiguração das realidades, devido principalmente ao dinamismo das relações sociais, as disputas pelas memórias no espaço do museu são conflituosas, visto que sua “fundação” como instituição tem um passado politicamente pensado e construído. No contexto brasileiro de implementação de museus, como veremos a seguir, refletiremos sobre a elaboração de um passado que também tem por objetivo constituir uma nação que é baseado no constante processo de construção de memórias coletivas nacionais e de uma identidade nacional.

## **1.2 MEMÓRIA COLETIVA E O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DE MUSEUS NO BRASIL**

Assim como em grande parte da Europa, o surgimento dos primeiros museus no Brasil também data de meados do século XIX, no entanto, ao contrário do que é visto nos países europeus em que o “boom” de museus ocorreu de fato neste século, no Brasil as instituições surgem nas décadas finais. No entanto, vale salientar que o surgimento de museus brasileiros está intrinsecamente relacionado, comparativamente, com a criação dos museus europeus, visto que estas instituições em nosso país foram, em sua maioria, criadas de forma a reproduzir a grande maioria das características existentes em museus da Europa.

De acordo com Considera (2011), *“no Brasil, tínhamos no ano de 1900 menos de 20 museus em todo o território nacional”*. É no ano de 1818 que D. João VI cria o Museu Real, hoje o atual Museu Nacional, localizado na Quinta da Boa Vista e o Jardim Botânico, é interessante ressaltar que ambos são instituídos dentro da perspectiva adotada em Portugal, quando implementaram, no início do século XIX, num mesmo complexo duas instituições, o Museu Real de História Natural e o Jardim Botânico da Ajuda. Seu acervo, inicialmente, era composto pela coleção

particular do monarca de história natural. De acordo com a sociedade da época e os estudos científicos estabelecidos por toda a Europa, no final deste mesmo século o museu passa a atuar de acordo com um caráter mais científico, voltado às pesquisas antropológicas e das ciências naturais. Ao longo do século seguinte alguns outros museus foram sendo criados, tendo como principais os museus Paraense Emílio Goeldi, no ano de 1866 e o Museu Paulista ( também conhecido como Museu do Ipiranga), em 1894.

Estas três instituições, acompanhando os museus que surgiam por todo o mundo, adquiriram o modelo de museu etnográfico. Se dedicavam às pesquisas e coletas de materiais etnográficos, voltados quase que exclusivamente para o estudo das ciências naturais, além de pesquisas paleontológicas e arqueológicas. Tinham um caráter pedagógico enciclopédico, da produção máxima de informações. Neste sentido, acabaram por contribuir para uma perspectiva mais cientificista dos estudos nacionais, tendo como base a teoria biológica evolucionista, amplamente discutida nos meios de pesquisa europeus da época. As influências européias e conseqüentemente as pesquisas produzidas em território nacional, evidentemente, contribuíram, para além do início da antropologia como campo, para discussões sobre evolucionismo social e principalmente para o surgimento de uma perspectiva voltada para critérios naturalistas que culminaram para o surgimento e divulgação de teorias raciais. Sepúlveda destaca que; *“Para os europeus, a maior riqueza do Brasil era sua natureza e não seu legado cultural. Não é surpreendente, portanto, o fato de o Museu Nacional ser criado como um museu de história natural.”* SEPÚLVEDA, 2000, p.282.

No entanto, a construção de um discurso de nação brasileira que estivesse minimamente de acordo com as tradições européias portuguesas não se estabeleceria sem conflitos. As coleções de história natural existentes no Museu Real era incompatível com a construção de uma memória nacional e as elites brasileiras, educadas em sua maioria nos países europeus se viam “órfãs” de um passado glorioso. Como aponta Sepúlveda:

O Império brasileiro procurou legitimar-se através do elo com a tradição européia e esta tentativa pode ser bem observada na constituição do acervo do Museu Nacional. Este último, entretanto, não conseguiu manter uma narrativa que, como no caso europeu, reunia o legado das civilizações antigas a objetos que representassem o desenvolvimento artístico e industrial do país. Este

fracasso relaciona-se em parte ao enfraquecimento das próprias narrativas que deram sustentação ao Império brasileiro. SEPÚLVEDA, 2000, p.283.

Elaborar a ideia de Brasil como nação relacionada diretamente à cultura e costumes europeus acaba por se demonstrar difícil, ao menos através do Museu Nacional. Sendo assim, é no ano de 1922, com a criação do Museu Histórico Nacional (MHN) que a construção de memórias e discursos sobre a nação constituem as narrativas produzidas pelos museus brasileiros. E é justamente o MHN que nos apresenta uma outra linha de museu, sendo voltado para história, a instituição da ideia de patriotismo, objetivando construir através dos objetos museológicos ali expostos formular a representação de uma dita nacionalidade brasileira. Tinha o objetivo pedagógico de educar a nação, de fazê-la compreender e assimilar a sua história e suas origens. Tendo apoio do Estado, idealizado por Gustavo Barroso e outros intelectuais da época, tinha, para além da “missão” de continuar sendo um espaço destinado à produção de conhecimento e pesquisa, foi pensado como meio disseminador das memórias e história oficial do país. Como bem exemplificado por Julião, *“Com um perfil factual, os objetos deveriam documentar a gênese e a evolução da nação brasileira, compreendida como obra das elites nacionais, especificamente do império, período cultuado pelo Museu.”* JULIÃO, 2001, p 22.

O Museu Histórico Nacional inaugura então a construção de um discurso de Brasil como estado nação, e, segundo o seu modelo que são criadas outras instituições. Contribuindo para a disseminação desse tipo de museu, ainda pautado em ideais eurocentrados e agora com um discurso de nação bem definido, é criado no ano de 1932, também por Gustavo Barroso o primeiro curso de Museologia do Brasil, no Museu Histórico Nacional, atualmente um dos cursos de bacharelado da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. E desta forma, a implementação de um discurso oficial de nação se dissemina e um ideário nacional é criado.

Seguindo as diretrizes do MHN, os museus surgidos, especialmente a partir das décadas de trinta e quarenta traziam as marcas de uma museologia comprometida com a ideia de uma memória nacional como fator de integração e coesão social, incompatível, portanto, com os conflitos, as contradições e as diferenças. A coleta de acervo privilegiava os segmentos da elite, e as exposições adotavam o tratamento factual da história, o culto à personalidade, veiculando conteúdos dogmáticos, em detrimento de uma reflexão crítica.

São justamente as exposições museológicas o principal veículo transmissor das informações que compõem os museus, as principais responsáveis pela disseminação dos conceitos escolhidos como passíveis de apresentação ao público geral. É preciso então, levar em consideração que toda exposição representa a escolha do 'recorte expositivo', que ela é elaborada de acordo com as propensões e decisões tomadas por seu idealizador. Na exposição será mostrada apenas uma parte do real, nunca sua totalidade e que ainda assim, será apresentada ao público espectador como autêntica. Todavia, é meramente uma das várias representações cabíveis à realidade. Neste sentido, a legitimação de grupos hegemônicos se faz presente, construindo e reconstruindo dentro deste espaço a 'realidade social' que lhes convém e conseqüentemente o discurso das majorias se refletirá no meio ao qual esta exposição está inserida, desta forma Chagas elucida que:

A tendência para a celebração da memória do poder é responsável pela constituição de acervos e coleções personalistas e etnocêntricas, tratadas como se fossem a expressão da totalidade das coisas e dos seres ou a reprodução museológica do universal, como se pudessem expressar o real em toda a sua complexidade ou abarcar as sociedades através de esquemas simplistas, dos quais o conflito é banido por pensamento mágico e procedimentos técnicos de purificação e excludência. CHAGAS, 2002, p.64.

É através da prática expositiva que o museu se apresenta ao público geral e, justamente, as exposições que são o meio pelo qual os discursos hegemônicos podem ser mantidos ou ressignificados. Ainda que o objeto possua, dentro do contexto museológico, um papel significativo, é a construção da narrativa em torno dele que trabalha às questões relativas ao que é ou não cultura, arte e história. Tradicionalmente, e também como resquícios do início francês do museu moderno, os objetos musealizados são tidos não apenas como testemunhos primários da história, mas também como aqueles que falam por si. Quantas vezes não vamos a museus em que as informações contidas nas legendas são as mínimas possíveis? Ou apenas relacionadas às características técnicas da obra? O museu deve utilizar-se das exposições para, não apenas transmitir informação, mas também para se renovar. Botallo menciona ainda dois pontos essenciais para nossa discussão, o primeiro em questão à problematização que deve ser feita com relação aos conteúdos expostos e a relação que os museus devem empregar com o passado.

Saindo da dimensão meramente nostálgica, de admiração de um passado louvável. E a segunda, sobre a importância de incluir nas narrativas expositivas um público que não se identifica ou se vê inserido nos discursos ali apresentados.

O museu deve repensar, através da prática expositiva, que tipo de relacionamento pretende manter com os fatos do passado. Parece certo que a nostalgia romântica despertada por um passado heróico pode ser eficaz no processo de consolidação de determinados valores de uma nação. No entanto, é preciso incorporar outros aspectos menos “nobres” desse passado construído, considerando a possibilidade de o público participar ativamente do processo de reconstrução constante do passado e da memória. Isso se torna possível quando as escolhas - necessárias - são visíveis para o público. [...]

[...] No entanto, a decisão sobre o que é o “verdadeiro” passado ou belo ou científico, acaba produzindo a ideia daquilo que não é verdadeiro através de uma identidade negativa: o que não é história, não é arte, não é ciência. Esse processo - até então negado enquanto tal - deixou grande parcela do público excluída da possibilidade de se identificar através das exposições museológicas, como agentes históricos, artistas, cientistas, produtores etc. A imagem oficial se reconhece como cultura oficial. BOTALLO, 1995, p.284.

Essa característica redutora comum aos museus apenas reflete as influências eurocêntricas que, de certa forma, ainda delimitam nossos espaços culturais, ao menos no que condiz a ampliação dos discursos e reflexões. Marcos José Pinheiro nos traz em seu livro “Museus, memória e esquecimento: um projeto de modernidade” como ocorreram, culturalmente, as relações entre dominadores e dominados.

As culturas locais normalmente são subjugadas pelas culturas dominantes, pois as diferenças culturais dificultam o livre mercado, além de impedirem a criação de uma cultura dita nacional, ou até mesmo universal. Os meios tecnológicos e o interesse das ciências, desde o início, facilitaram o esquecimento dessas culturas. Podemos explicitar esse esquecimento desde as expedições científicas ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, ao coletarem os objetos mais variados possíveis para os museus metropolitanos, onde hoje vamos encontrar muito mais elementos e informações de culturas locais do que nas próprias populações ‘pesquisadas’, até os meios atuais da mídia que invadem a todos com suas informações editadas e homogeneizadas. PINHEIRO, 2004, p. 84.

A história de criação do museu moderno é vista atualmente como permeada por conflitos, principalmente quando colocamos em pauta não uma análise meramente tecnicista dos museus, mas avaliando-o como instituição socialmente

construída. Refletindo de forma crítica sobre seu papel, influências e principalmente, quais as posições e mudanças a serem tomadas para a construção de um espaço cada vez mais inclusivo, não mais detentor de verdades, mas como construtor de memórias cada vez mais dinâmicas e principalmente, de transformador de realidades.

### **1.3 MUSEUS COMO INSTITUIÇÕES DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

Discutimos até o momento a formação dos museus como instituição, as inúmeras possibilidades de construção de memórias por eles elaboradas e disseminadas e ainda a problematização dos discursos realizados nestas instituições quanto às questões referentes às relações de poder intrínsecas a este espaço. Podemos tomar então, como o prelúdio deste estudo duas perguntas básicas: O que é museu e qual o seu papel de interesse para e com a sociedade? Museu que por definição literal seria “o templo das musas”, musas estas, que de acordo com a mitologia grega, eram filhas de Minemosyne, deusa que personificava a Memória já era um termo conhecido desde o período alexandrino e utilizado a fim de designar o local onde se colocava em prática os estudos das ciências e das artes. Giovanna Casimiro enuncia que o museu representa atualmente e elucida seu processo de criação como instituição social:

Na atualidade, representa a instituição que conserva coleções de objetos de arte ou ciências (preservação ou apresentação pública). Os museus modernos foram criados no século XVII a partir de doações de coleções particulares, no entanto, o primeiro museu, cujos padrões estabelecidos são similares aos de hoje, surgiu através da doação da coleção de John Tradescant, feita por Elias Ashmole, à Universidade de Oxford (Ashmolean Museum). O segundo museu público foi criado em 1759, por obra do parlamento inglês, na aquisição da coleção de Hans Sloane (1660-1753), futuramente, o Museu Britânico. O primeiro museu público só foi criado, na França, pelo Governo Revolucionário, em 1793: o Museu do Louvre. Ao longo do século XIX surgem importantes museus, a partir de coleções particulares, tais com o Museu do Prado (Espanha), Museu Mauritshuis (Holanda). No Brasil, o primeiro museu data 1862 o Museu do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano (Pernambuco). CASIMIRO, 2014, p. 171.

A ideia de museu como local público e de interesse à toda sociedade vem se desenvolvendo com o tempo e, o papel dos museus nos dias de hoje segundo o

Conselho Internacional de Museus (ICOM) seria *“uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite.”* Sendo assim, é esta definição que acaba por inserir oficialmente, ao menos, os museus como tendo um papel representativo bem definido na sociedade.

É no ano de 1972 que a UNESCO em conjunto com o ICOM, em prol de um maior exercício dos museus quanto ao seu papel social, organizou um seminário, a Mesa Redonda de Santiago do Chile, tendo como proposta pensar e analisar as funções do museu na América Latina contemporânea. Foi deste seminário que surgiu a Declaração de Santiago, considerada atualmente como o ponto que deu início ao MINOM – Movimento Internacional da Nova Museologia. Justamente neste encontro que são elaboradas marcantes transformações no campo museológico, principalmente na América Latina já que é nesta ocasião que os museus passam a ser considerados ferramentas efetivas de inclusão sociocultural. Passando a instituições de afirmação da identidade de vários grupos sociais (muitas das vezes marginalizados), sendo, portanto, considerados agentes cruciais ao processo de educação da sociedade, como local de desenvolvimento econômico e de reconhecimento da diversidade.

A partir deste momento, o museu pensado como instituição a serviço da sociedade torna-se o modelo vigente, integrado à comunidade e como um meio para a transformação social. Alguns pontos são enfatizados, como a as transformações nos meios culturais, sociais e econômicos na contemporaneidade são um dos desafios para a Museologia; como a cultura, neste momento de evolução e progresso em diversas áreas com a constituição de novas tecnologias que não se refletiram na área cultural, ao menos na América Latina. Tal documento enfatiza, principalmente, que tais problemas são derivados de injustiças sociais e que, só serão reparados quando estas injustiças forem compensadas. Apenas através do amplo comprometimento da sociedade estas reparações serão efetivas.

Ao colocar o museu como instituição que age em prol da sociedade, a Mesa o insere como transformador social e conseqüentemente como responsável por mudar realidades, “[...] o fato de o museu ser uma "instituição a serviço da sociedade, que adquire, comunica, e notadamente expõe, para fins de estudo,

conservação, educação e cultura, os testemunhos representativos da evolução da natureza e do homem" [...].” Mesa Redonda de Santiago do Chile, 1972. Ainda, é proposta neste momento uma maior interdisciplinaridade do museu a fim de tomar ciência da progressão dos setores sociais, culturais e econômicos nas sociedades latinoamericanas. Portanto, a ferramenta comunicacional principal do museu, as exposições, possa ser também elemento transformador, sendo atualizadas, discutidas e repensadas. Segundo a Declaração: *Que as técnicas museográficas tradicionais devem ser modernizadas para estabelecer uma melhor comunicação entre o objeto e o visitante [...]*, Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972).

Neste evento, cujo foco seria a discussão sobre os museus na América Latina, a execução dessa Mesa acaba por lançar a cabo à sociedade em geral novas perspectivas sobre a relevância dos museus como meios de desenvolvimento, tanto científico quanto cultural e traz à tona sua característica de responsabilidade social. Nesse contexto, a criação da ideia de um museu integral, àquele que está integrado à comunidade que o rodeia, transforma os museus templo em um novo museu. De acordo com Mario Moutinho, a definição do Museu Integral seria:

uma instituição ao serviço e inseparável da sociedade que lhe dá vida. Capaz de estimular em cada comunidade uma vontade de ação, aprofundando a consciência crítica de cada um dos seus membros. Buscando os fundamentos da ação nas condições históricas de desenvolvimento de cada comunidade. A este museu, compete igualmente uma prática direta nos processos de desenvolvimento fazendo uso da interdisciplinaridade em particular na área das ciências humanas. MOUTINHO, 1989, p.35-36

É a partir desses pressupostos, que na década de 80 se tem início o movimento da Nova Museologia, posteriormente chamada Museologia Social, sendo neste momento em que o museu tradicional se vê de encontro com o dito novo museu. Essa nova trajetória e redirecionamento de um modelo de museu contemplativo e de pouca interação, para um mais dinâmico e maleável de acordo com seu contexto social, de acordo com Moutinho, pode ser também uma espécie de reavaliação e mudanças que ocorreram acerca de um “alargamento na noção de patrimônio” em que são pensados, por exemplo, a introdução dos patrimônios imateriais. E desta forma, culminou numa nova percepção da noção de objeto museológico, que o desprende de uma perspectiva mais tradicional e reducionista



que o pensava como elemento central no museu. Sendo assim, passa a existir uma noção de objeto menos como protagonista e mais como elemento de composição escolhido e utilizado de acordo com as propostas e interesses do grupo social que o manipula.

O surgimento desta dita “Nova Museologia” no contexto de uma discussão realizada na América Latina é de suma importância para nossas interpretações sobre museus, visto que esta instituição surge em contextos europeus e como aponta Hugues de Varine:

A partir de princípios do século XIX, o desenvolvimento dos museus no resto do mundo é um fenômeno puramente colonialista. Foram os países europeus que impuseram aos não europeus seu método de análise do fenômeno e patrimônio culturais; obrigaram as elites e os povos destes países a ver sua própria cultura com olhos europeus. Assim, os museus na maioria das nações são criações da etapa histórica colonialista. VARINE, 1979, p.12

Iniciar uma revisão na forma de pensar museus no contexto latino americano é rever toda a construção deles como instituição. São os prelúdios de um rompimento com uma mentalidade tanto colonizadora quanto colonizada. E, em contraposição ao que alguns pensadores que discutem o campo da museologia podem pensar, a Nova Museologia não exclui as práticas museológicas tradicionais, apenas contribui para a busca de novos pensares acerca dos museus, incluindo-os numa perspectiva que pensa sua responsabilidade social.

Se levarmos em consideração, num passado, a relação de poder que os museus exerciam, principalmente em se tratando das formas de atuação intelectual e moral dos cidadãos, promovendo através de sua constituição discursiva a construção das identidades nacionais, principalmente pautadas na predominância de uma cultura européia, analisar criticamente seu conteúdo acaba por contestar tanto da visão de museu como espaço neutro quanto às concepções de poder nele inculcadas. Sendo assim, boa parte dos estudos sobre museus estão considerando as medidas de mediação entre exposições e público. Em grande parte, essa visão mais ampliada do museu ocorre de fato devido à Nova Museologia, colocando-o dentro de uma perspectiva mais democrática de cultura. Sendo assim, essa perspectiva de uma Museologia Social assume o poder discursivo do museu, possibilitando a abertura de reflexões a fim de reorientar as práticas de representação, principalmente no contexto expositivo, trazendo à tona a

necessidade do desenvolvimento de um processo de construção de museus mais democráticos.

## **CAPÍTULO 2. RESSIGNIFICAÇÕES CONTEMPORÂNEAS: IDENTIDADE, RAÇA E SUBALTERNIDADE**

### **2.1 O PAPEL DA MEMÓRIA NO PROCESSO DE DESCONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES HEGEMÔNICAS**

É possível que afirmemos que as memórias coletivas são características essenciais na formação dos grupos e demais características sociais. E, ainda refletindo o conceito de memória coletiva empregado por Halbwachs, podemos considerá-la como significativa para a manutenção da coesão social, sendo a nação de acordo com a construção de uma memória nacional, um dos principais exemplos de memória coletiva (HALBWACHS, 2006). Contudo, até mesmo Halbwachs compreende a existência de memórias individuais e o quão inevitável é a negociação entre estas e as memórias coletivas. Desta forma, demonstra a necessidade de haver um consenso no que condiz aos processos de formação de memórias. Por consequência, a construção de memórias pressupõe também uma seleção, o que possibilita a sobreposição de algumas memórias sobre outras, como veremos a seguir.

É Michael Pollak quem primeiramente observa a existência de conflitos entre as memórias e em sua crítica ao conceito de Halbwachs deixa clara a importância da memória coletiva, mas traz à superfície a importância de se refletir sobre outras formas de se pensar memória. Menciona ainda os lugares de memória (NORA, 1984) observados por Pierre Nora como os meios pelos quais tal memória se eterniza. Refletindo sobre os lugares de memória e sua função na sociedade,

“[...] esses diferentes pontos de referência como indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo, uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais.”  
POLLAK, 1989, p. 3.

As reflexões sobre a existência de memórias subalternizadas é iniciada em Pollak através da análise da história oral, que segundo o autor, privilegia as minorias tornando possível o surgimento de memórias subterrâneas, memórias estas que estariam contidas e suplantadas pela memória coletiva nacional (POLLAK, 1989). É este questionamento que nos possibilita ponderar sobre as relações de poder

existentes na construção das memórias. A presença de conflitos no processo de formação de memórias, salientada pela insurreição de memórias contrárias às oficiais, é a afirmação da memória em disputa e conseqüentemente, das relações de poder e resistência. Certas memórias permanecem silenciadas por um dado período de tempo, contudo, não perdem a capacidade de rememoração dentro dos grupos nos quais se encontram mantendo-se, portanto, vivas. São estas memórias que em um dado momento histórico privilegiado vêm à tona.

As provocações suscitadas por Pollak sinalizam que ao contrário do que seria esperado, o silêncio sobre o passado, muitas das vezes traumatizante, que permeia as memórias subterrâneas, não leva ao esquecimento. Torna-se principalmente o ponto inicial de uma resistência que vem à tona publicamente, fora do âmbito teoricamente restrito do grupo dominado. Este fenômeno ocorre, de acordo com o autor, em determinados momentos, em consonância com os acontecimentos conflituosos existentes dentro das questões políticas oficiais. Enfatiza ainda que ao contrário do que se possa imaginar, a cisão entre memória oficial e memória subterrânea não se dá sempre na relação entre Estado dominador e sociedade civil, mas que, mais frequentemente, os problemas são encontrados entre minorias e sociedades englobantes (POLLAK, 1989). Isto implica a noção de que a disputa pela memória ocorre amplamente no campo social, entre os mais diversos grupos, e não necessariamente apenas de forma hierárquica.

Outro ponto de interesse a nossa reflexão sobre relações de poder e resistência no campo da memória que permeia a obra de Pollak seria a noção de um “enquadramento da memória” (POLLAK, 1989), ideia que surge no contexto da memória como instrumento de manutenção de uma unidade social apelando para o reforço da noção de pertencimento em prol da coesão do grupo. Assim, este enquadramento da memória só pode ocorrer de forma efetiva com o domínio sobre o passado, mais especificamente sobre a história, sendo esta, uma das evidências das disputas de poder que giram em torno da memória.

O trabalho de enquadramento de memória se alimenta do material oferecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. POLLAK, 1989, p. 9.

Toda essa discussão salienta a seletividade como ponto de suma importância, no que se refere às memórias. Sejam as coletivas ou as individuais, é o processo de construção dessas memórias o responsável pela sua preservação ou descarte de acordo com a sua utilidade e importância dentro dos grupos que permeiam as relações sociais e compõem as sociedades.

A introdução do esquecimento como um dos protagonistas nas discussões sobre memória, tendo-o como imperativo na produção de memórias demonstra o “não dito” (POLLAK, 1989) como um dos precursores ao surgimento de memórias subterrâneas.

Ainda que quase sempre acreditem que "o tempo trabalha a seu favor" e que "o esquecimento e o perdão se instalam com o tempo", os dominantes freqüentemente são levados a reconhecer, demasiado tarde e com pesar, que o intervalo pode contribuir para reforçar a amargura, o ressentimento e o ódio dos dominados, que se exprimem então com os gritos da contraviolência. POLLAK, 1989 p. 9.

Enfatizado primeiramente por Pollak, as questões sobre o esquecimento e seu papel central no campo da memória, principalmente em se tratando de memórias historicamente subjugadas, é retomado por Huyssen em suas reflexões sobre o esquecimento público e as políticas de memória que auxiliam, de certa forma, ao surgimento das já mencionadas memórias subterrâneas.

O esquecimento, para este autor, é exercido como um complemento inevitável da memória, mesmo que este ainda possa ser visto por um viés negativo, já que a memória parece exigir certo empenho, ao mesmo tempo em que o esquecimento ocorre praticamente de forma natural. E assim, de acordo com Huyssen, o esquecimento cria a memória, tanto do ponto de vista fenomenológico quanto do psicanalítico. Trazendo as ideias de Nietzsche, o autor menciona que o teórico fez uma defesa geral de uma ética do esquecimento e acaba por misturar o esquecimento propriamente dito à memória, tornando-a assim, crucial para o estabelecimento de conflitos no que confere a resolução das mais diversas narrativas que compõem a nossa vida em sociedade. Em Huyssen, *“Esquecer não apenas torna a vida vivível, como constitui a base dos milagres e epifanias da própria memória”* (HUYSSSEN, 2014, p.158). O autor nos apresenta ainda algumas sugestões básicas de Paul Ricouer, tendo o esquecimento como memória impedida, que está primordialmente relacionado com o inconsciente freudiano e com a

compulsão à repetição e também, o esquecimento como memória manipulada, que tem uma relação intrínseca com a construção de determinadas narrativas que evidencia o sentido de que qualquer narrativa é seletiva e implica, passiva ou ativamente, que certo esquecimento de uma história poderia ser contada de outra maneira (HUYSSSEN, 2014).

Como proposta em sua obra, Huyssen observa o esquecimento público, que segundo ele contribuiu para a *“constituição de um discurso politicamente desejável da memória”*, tendo como propósito, *“explorar as complexidades e os efeitos do esquecimento público que se perdem nas descrições moralizantes e epistemológicas do elo entre memória e esquecimento”* (HUYSSSEN, 2014, p. 160). Ao tomar como exemplos de esquecimento e reivindicação de memórias anteriormente silenciadas o período de ditadura na Argentina e os bombardeios às cidades alemãs no período nazista, acaba por lidar essencialmente com o tratamento das memórias subalternas dos grupos referentes às estas duas situações específicas, delimitando, os processos de memória e esquecimento como o que há em comum entre os dois temas aparentemente diversos.

No caso argentino, o esquecimento público aparece inserido no contexto dos desaparecimentos dos jovens militantes ocorridos no período ditatorial e o posterior levante das mães dos desaparecidos e sua procura por respostas ao que havia de fato acontecido e principalmente quem eram os responsáveis. Desta forma, houve todo um processo de ressignificação da memória no país.

Fortalecida a lembrança dos crimes da ditadura, elevaram-se novas vozes para defender a recuperação da esquecida dimensão política do destino dos desaparecidos. Algumas querem o reconhecimento da luta idealista de muitas jovens vítimas por um mundo mais justo [...] Outras, porém, vão mais longe. Querem recuperar uma política da memória em relação à identidade política dos militantes, e o fazem sob a figura da impunidade. HUYSSSEN, 2014, p. 165.

Já no que concerne ao caso alemão, comenta o esquecimento público logo após o Holocausto, momento em que permanecia um silêncio sobre as atrocidades cometidas principalmente pelos nazistas, mas neste caso específico, ao contrário do que se possa imaginar, o foco é sobre os bombardeios realizado pelos Aliados<sup>8</sup> às

---

<sup>8</sup>A antiga União Soviética, os Estados Unidos da América e o Império Britânico, países que se opuseram as Potências do Eixo, composto principalmente por Alemanha, Japão e Itália, no período da Segunda Guerra Mundial.

idades na Alemanha (tido como “Guerra Aérea”), que matou milhares de civis alemães (Huysen,2014). Nesse contexto, a memória subterrânea relata o sofrimento alemão no período nazista, mas que devido ao tabu relacionado às atrocidades cometidas aos judeus no Holocausto, terminou por ser silenciado. Tendo em vista que:

“a ideia dos alemães como vítimas, ou simplesmente de vítimas alemãs, encontrará vociferante resistência entre as vítimas dos nazistas e entre as nações que lutaram contra a ditadura nazista, com grande sacrifício. Vistos de fora, os bombardeios continuarão a ser julgados por muitos como um castigo legítimo imposto à Alemanha nazista.” HUYSEN, 2014, p. 173.

Neste último caso, ainda que a memória subterrânea das vítimas dos bombardeios viesse (e realmente veio) à tona, estas memórias entrariam em conflito com uma memória hegemônica muito mais forte, pautada no sofrimento absurdo sofrido pelos judeus.

As políticas de formação de memórias oficiais e o surgimento de memórias subterrâneas são a expressão concreta das lutas simbólicas por poder que permeiam a sociedade. No entanto, o conceito de esquecimento público também está pautado nas questões que envolvem o discurso escolhido para ser lembrado. A abordagem oficial se isenta de responsabilidades, contudo, outros agentes aparecem, requerendo memórias que foram silenciadas, mas ainda estavam latentes. Nestes dois últimos exemplos, podemos aferir o quanto estas negociações estão presentes e que os processos de resistência de certos grupos em esquecer culmina, positivamente, no posterior reconhecimento de memórias antes silenciadas.

## **2.2 SUBALTERNIDADE, RAÇA E IDENTIDADE: PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NEGRA**

### **2.2.1 SUBALTERNIDADE OU SUBALTERNIZAÇÃO?**

A análise sobre questões que envolvem subalternização de classes e grupos sociais foram estudadas por Gramsci, tendo o primeiro aparecimento do termo “subalterno” nos escritos pré-carcerários e que foram utilizados para designar a submissão e inferioridade de membros dentro da hierarquia militar. É em Cadernos do Cárcere que Gramsci amplia sua discussão sobre o tema. Mais especificamente,

o autor passa a analisar esse conceito no contexto da lutas de classe, da ingerência do Estado e classes dominantes, pensando seus mecanismos de manutenção do poder. Tendo em vista o próprio Estado como um dos principais espaços de manifestação da dominação.

os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória 'permanente' rompe, e não imediatamente, a subordinação" [...] "na realidade, mesmo quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos estão apenas em estado de defesa, sob alerta. GRAMSCI, 2002, p. 135.

Há em Gramsci uma busca pela compreensão sobre as mais diversas relações que existem nas práticas tanto de poder quanto de subordinação, privilegiando questões políticas. O autor leva em consideração a formação dos Estados, a instituição de culturas dominantes e também as construções de identidades, organização de instituições de representatividade política e busca por maior autonomia das classes, por ele chamadas, subalternas. Acaba por evidenciar a privação de representatividade desses grupos na história e elucida a existência de um historicismo elitista, dominado pelas classes hegemônicas.

Gramsci desenvolve ao longo de sua obra uma filosofia da práxis, ainda refletindo sobre o conceito de historicidade e política, possuindo uma concepção dialética do conceito de história. Salienta em sua obra "Concepção Dialética da História" (Gramsci, 1987) traz a concepção da existência de não uma, mas de várias filosofias e que estas não existiriam sem uma consciência evidente da historicidade. Sendo assim, devido a existência de diversas filosofias, no caso político, vide a constituição de ideologias, o pressuposto da escolha é latente. Esta filosofia da práxis seria a superação de antigas formas de pensar, buscando superar o dito "senso comum", em relação à subalternidade Gramsci afirma que:

Para a filosofia da práxis, as superestruturas são uma realidade (ou se tornam tal, quando não são meras elucubrações individuais) objetiva e operante; ela afirma explicitamente que os homens tomam consciência da sua posição social (e, conseqüentemente, de suas tarefas) no terreno das ideologias, o que não é pouco como afirmação de realidade; a própria filosofia da práxis é uma superestrutura, é o terreno no qual determinados grupos sociais tomam consciência do próprio ser social, da própria força, das próprias tarefas, do próprio dever. [...] A filosofia da práxis, ao contrário, não tende a resolver pacificamente as contradições existentes na história e na sociedade, ou, melhor, ela é a própria teoria de tais contradições; não é o instrumento de governo de



grupos dominantes para obter o consentimento e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas; é a expressão destas classes subalternas, que querem educar a si mesmas na arte de governo e que têm interesse em conhecer todas as verdades, inclusive as desagradáveis, e em evitar os enganos (impossíveis) da classe superior e, ainda mais, de si mesmas. GRAMSCI, p. 451, 1999.

Simmionato salienta que para Gramsci, a superação da condição de subalterno estaria justamente em um novo processo de pensar, na construção de uma análise crítica da sociedade que seria a oportunidade dos grupos subalternos serem capazes de produzir uma contra-hegemonia focado na ampliação do conhecimento crítico da realidade social.

Os Estudos Subalternos na Índia também refletem sobre a temática da desigualdade, iniciados a partir da reflexão sobre a realidade social indiana por parte de um grupo de pesquisadores deste país. Tendo como uma das pioneiras Gayatri C. Spivak, conhecida primeiramente devido a tradução e prefácio para o inglês de “Da Gramatologia”, de Jacques Derrida, a autora de “Pode o subalterno falar?” inaugura e difunde novos questionamentos sobre a reflexão pós-colonialista. Refletindo a sociedade hindu, as influências da colonização britânica e questões de gênero sob perspectiva contrária à de dominação. Spivak tem como questão central a possibilidade dos subalternos “falarem”, sua emancipação e autonomia quanto sujeitos, problematizando o pensamento pós-colonialista e trazendo a voga os então chamados estudos subalternos.

Uma das questões mais pertinentes trazidas por Spivak é a busca por desenvolver uma crítica às concepções de existência de um sujeito que seja exclusivamente homogêneo, questionando assim os essencialismos da cultura. Esta visão acaba por elucidar um conceito de cultura mais amplo e em movimento, mesmo que esta ainda respalde um grupo de convicções e costumes organizados, não se apresenta, necessariamente, como um meio pelo qual o sujeito é moldado e determinado. Devemos então, segundo a autora, trabalhar com conceitos mais amplos e heterogêneos, atentando o cuidado a ser tomado pelo intelectual para não assumir o lugar de fala do “subalterno”. Salienta-se ainda que o Grupo de Estudos Subalternos Índia colonial sob perspectiva contrária a dos colonizadores, optando pelo viés do “povo”, das massas, de forma a buscar uma ideia que fosse alternativa ao discurso oficial hegemônico.

Toma-se por subalterno àquele pertencente a grupo social ou sociedade a par das estruturas hegemônicas dominantes. O termo subalterno passa a ser utilizado em meados dos anos de 1970, na Índia, justamente como meio de alusão aos colonizados, que eram pensados apenas do ponto de vista dos colonizadores. Foi no início dos anos de 1980 com o pesquisador indiano Ranajit Guha, que os estudos subalternos tiveram início, junto a ele a pesquisadora Gayatri Spivak deu seguimento aos estudos sobre subalternidade.

Os dois pesquisadores empregam o termo “subalterno” para fazer alusão aos grupos excluídos, que se apresentam, teoricamente, sem representatividade devido a sua posição desfavorecida e de pouco prestígio na sociedade. Em “Pode o subalterno falar” Spivak utiliza a ideia de subalternidade não apenas em prol de retratar a opressão que alguns grupos sofrem, mas principalmente para demonstrar a existência de sujeitos, grupos sociais, que não possuem expressividade na sociedade globalizante, predominantemente hegemônica e excludente. Para a autora, ser subalterno é o mesmo que ser silenciado, o sujeito subalternizado não possui “voz”, sendo a ele negado esse direito, pois lhe carece o representante e por consequência a representatividade. Em seu livro, Spivak (2010) afirma que nossas bases teóricas e formas de escrever foram moldadas de acordo com as necessidades e preceitos dos colonizadores, portanto, nos expressamos como colonizados. A autora propõe que façamos uma revisão das verdades que nos foram impostas e discutamos sobre a possibilidade efetiva do próprio subalterno se representar, mais especificamente, apresentar meios pelos quais o subalterno possa agir de maneira autônoma quanto sua própria história.

Desta forma, Spivak reflete sobre os meios de assimilação desse outro subalternizado, pela sociedade dominante, o que resulta na representação do subalterno permeada pelo pensamento hegemônico. Tal discussão pode ser complementada por Pierre Bourdieu (2004), que em sua obra “Coisas ditas” destina em sua terceira parte um subtítulo para dissertar sobre “Os usos do povo”. Em “Os usos do povo”, Bourdieu trata basicamente dos mecanismos de distinção e lutas simbólicas no que concerne aos usos do povo, não se referindo a palavra povo em si, mas às populações menos favorecidas política, cultural e economicamente. Bourdieu inicia esta parte mencionando que:

Para lançar uma luz sobre as discussões a propósito do "povo" e do

"popular", basta ter em mente que o "povo" [...] é um dos alvos que estão em jogo na luta entre os intelectuais. O fato de estar ou de se sentir autorizado a falar do "povo" ou para o "povo" (no duplo sentido: para o "povo" e no lugar do "povo") pode constituir, por si só, uma força nas lutas internas dos diferentes campos, político, religioso, artístico, etc. força tanto maior quanto menor for a autonomia do campo considerado. BOURDIEU, p. 181, 2004.

O autor, neste parágrafo, evidencia algo que aparece nas preocupações dos estudo subalternos, o fato de “o povo”, aqui encarado também como o subordinado, está, como mencionado por Bourdieu, inserido num campo de lutas constantes e ainda assim silenciado pelos dominantes, estes que não necessariamente são as camadas social e economicamente elevadas, mas também se referindo aos intelectuais. Neste texto o autor discute as relações de poder por dentro dos discursos que são provenientes do próprio povo e a vulgarização, e os usos indiscriminados que as camadas hegemônicas fazem da cultura, linguagem e de tudo aquilo que é “popular” ou proveniente do “povo”. Levanta algumas questões pertinentes a nossas reflexões e que de certa forma conversam com as propostas por Spivak. Bourdieu reforça a ideia de que os discursos hegemônicos acabam por perpassar e muitas das vezes fazer parte daquele (re) produzido pelas camadas populares.

Pode-se objetar que é possível sair desse jogo de espelhos pela pesquisa direta. E pedir ao "povo" que de algum modo seja o árbitro nas lutas dos intelectuais a seu respeito. Mas tudo o que dizem as pessoas comumente designadas como "o povo" é realmente "popular"? E tudo o que sai da boca do "verdadeiro" "povo" é a verdade verdadeira do "povo"? Com o risco de dar aos fariseus da "causa do povo" uma oportunidade para afirmar seus bons sentimentos, condenando esse atentado iconoclasta contra o imaginário populista, eu diria que nada é mais improvável. BOURDIEU, 2004, p.185.

Para Pierre Bourdieu (2004), os usos do “povo” são modificáveis segundo o campo de poder, tendo no campo político a representatividade mais almejada, por motivos óbvios, e, no campo das artes tudo o que é relacionado ao povo e ao popular é descredibilizado, desvalorizado e desqualificado. Desta forma, as relações existentes são pautadas pelos dominantes, que mantêm os meios legitimadores e os usam como ferramentas de reprodução das desigualdades e manutenção do poder. O autor termina estas reflexões, utilizando a linguagem como exemplo:

Aqueles que se insurgem contra os efeitos de dominação exercidos através do emprego da língua legítima costumam chegar a uma espécie de inversão da relação de força simbólica e acreditam agir bem ao consagrar como tal a língua dominada por exemplo, em sua forma mais autônoma, isto é, a gíria. Essa passagem do a favor para o contra, que também se observa em matéria de cultura quando se fala de "cultura popular", ainda é um efeito da dominação. De fato, é paradoxal definir a língua dominada em relação à língua dominante, que só se define ela mesma por referência à língua dominada. BOURDIEU, 2004, p. 186.

Sendo esta uma questão semelhante a feita por Spivak em seu livro: se o sujeito ou grupo subalterno, colonizado, subalternizado, e neste caso, o “povo” tem, seja em sua construção discursiva ou identitária, seja em suas referências, sempre a comparação com aquilo que é hegemônico e dominante, pode (mesmo) o subalterno, o “povo”, falar? Bourdieu ainda reforça esse paradoxo ao dizer que:

Quando a busca dominada de distinção leva os dominados a afirmarem o que os distingue, isto é, aquilo mesmo em nome do que eles são dominados e constituídos como vulgares, deve-se falar de resistência? Em outros termos, se, para resistir, não tenho outro recurso a não ser reivindicar aquilo em nome do que eu sou dominado, isso é resistência? BOURDIEU, 2004, p. 188.

Para a nossa discussão, é de suma importância entendermos como são os processos de construção do sujeito subalternizado. O uso do termo subalternizado, por exemplo, é uma escolha pautada no fato de que os indivíduos não são subalternos naturalmente, mas estão em uma condição subalternizada. Isto implica que todo o processo de dominação e subalternização é construído e que se encontra em constante construção. É justamente esta dinâmica que possibilita a insurgência de contra-hegemonias e processos identitários contrários aos hegemônicos, ainda que por dentro da problemática aqui já mencionada das limitações da resistência que se produzem ainda num contexto de influência e referente ao que é hegemônico.

### **2.2.2 DISCUTINDO RAÇA NO BRASIL: O NEGRO COMO SUJEITO SUBALTERNIZADO**

No contexto de relações díspares que envolvem a subalternização e manutenção de condições de dominação, é possível que reflitamos sobre os processos de construção e identificação racial no Brasil.

Podemos considerar que a cultura brasileira seria essencialmente composta por uma grande diversidade cultural, resultado das diversas dinâmicas e relações ocorridas, desde a colonização, entre os indígenas que aqui viviam com os europeus, principalmente portugueses, que aqui chegaram e, posteriormente, foi acrescido a este meio os negros trazidos compulsoriamente da África, com a instituição do tráfico negreiro. É bem sabido que essa aproximação entre povos bastante diferentes se deu não harmoniosamente, mas constantemente marcada pela violência e exploração imposta pelos colonizadores aos povos indígenas e africanos. Ainda que esses povos possuíssem suas próprias culturas, modos de viver e religiões lhes foram impostos pelos colonizadores valores morais, pautados em interesses ditos civilizatórios.

Ainda com este começo pautado em hostilidade e relações de dominação, é possível dizer que o processo de miscigenação dessas etnias contribuiu para compor a dita diversidade brasileira, principalmente no que diz respeito às questões de formação cultural, práticas e costumes do país.

A obra *Raça, Ciência e Sociedade* (1996) reúne trabalhos de diversos autores que abordam a temática referente a raça e as relações raciais de forma plural, estabelecendo um recorte a partir do século XIX até a atualidade. É composta por trabalhos que contemplam campos do conhecimento como antropologia, história, política e sociologia. Giralda Seyferth, uma das autoras desta coletânea, disserta sobre a constituição do Brasil como nação e a consequente hierarquização racial brasileira. Aponta como pontos de consolidação e constituição do Estado a colonização e a imigração, esta última, efetuada no país no início do século XIX. A autora comenta, inicialmente, os estudos do antropólogo Mauss sobre o conceito de nação, onde a estes se aglutinam as ideias de raça, língua e civilização em comum (cultura) como sendo o embasamento da constituição de uma nacionalidade, acrescentando também a este pensamento a ideia de Estado, que necessariamente deveria estar em concordância com os discursos sobre a formação da Nação. Menciona ainda que independentemente do nacionalismo buscar uma unidade nacional baseada em semelhanças 'físicas' e culturais do povo escolhido como representante de uma nação, as minorias étnicas cresciam e que como grupos, estas minorias possuíam suas próprias nacionalidades. Para uma construção consolidada desse novo estado-nação a questão racial aparecia como

um empecilho, já que constituir em uma unidade nacional se mostrou incongruente devido, em grande parte, às ditas minorias nacionais. A ideia de um esboço para se construir o pensamento racial brasileiro é trazido, ainda nesta coletânea, por Vieira que o divide em três momentos: primeiramente a perspectiva relacionada à colonização, tendo as preocupações com o negro referidas diretamente ao poder da Metrópole, baseada no trabalho escravo (até 1822); num segundo, ocorre a alusão ao estabelecimento do Brasil como nação, tendo a perspectiva econômica intrinsecamente relacionada à cultura, com as necessidades de criação de elementos que constituiriam uma identidade nacional (1822 até meados de 1888/1989) e um terceiro e último momento, devido ao desprendimento da questão escravocrata, é assumido um teor ideológico referente à ideia de raça, dentro da construção de formação da nação e sua identidade. (VIEIRA, 2005, p.124). A autora ainda comenta os aspectos a serem considerados quando pensamos escravidão e relações hierárquicas.

Contudo, o que pode ser associado à tradição portuguesa não foi propriamente a tolerância, mas a discriminação dissimulada, uma prática colonizatória extremamente discriminatória oculta sob uma pretensa aceitação racial. [...]

Constrói-se, portanto, um modelo onde o sucesso repousa na incorporação da diferença e no estabelecimento de uma prática pseudo-liberal, orientada ainda pela hierarquização típica dos modelos absolutistas e fortalecedora do mito de uma “escravidão humanitária” (Marx, 1998:48), que teria permitido uma razoável relação entre senhor e escravo, e, entre outros benefícios, a manutenção da cultura africana, evidenciada pela continuidade de aspectos de religiosidade e da tradição original dos escravos africanos. VIEIRA, 2005, p.130.

No ano de 1870, os homens negros antes escravizados passam à categoria de cidadãos, ainda que ignorados pelas elites brasileiras começam a fazer parte da dita nação, ao menos legalmente. Entendem-se então, as dificuldades para a construção da identidade nacional brasileira com o fim do Império e este início de República. No Brasil, a miscigenação como um dos constituintes principais do “ser brasileiro” entra em voga no discurso nacionalista em meados dos anos de 1850 (SEYFERTH, 1995), sendo este um dos procedimentos para a formação da nação considerado desde a colonização. A formação de uma unidade racial no Brasil se daria através da miscigenação como meio para o branqueamento populacional, esse processo acaba por culminar, posteriormente, num dos assuntos centrais da

política imigratória brasileira. É nas primeiras décadas da república que o tema da política imigratória torna ao lado racial, o imigrante desejado era o branco europeu, que se fixaria como trabalhador rural ou agricultor, sendo assim a miscigenação ocorreria através da assimilação desses povos formando, portanto, uma “raça brasileira”, ainda que não branca, ao menos, menos negra.

No ano de 1877 é criado o primeiro curso de Antropologia Física, no Museu Nacional e é neste momento que os estudos sobre raça no Brasil ganham destaque, principalmente com as pesquisas voltadas para estudo dos povos indígenas e mestiços. Estes estudos antropológicos tinham como princípio a desigualdade racial hierarquizada, tendo por base a superioridade da “raça branca” e conseqüentemente tornando inferiores as “raças de cor”, depreciando a miscigenação que passa a ser considerada elemento negativo, perspectivas importadas dos estudos antropológicos europeus. Com o estudo do corpo humano, principalmente dos crânios, a antropologia física estabelece junto com a antropologia cultural, uma teoria de evolução das espécies correspondentes às raças e culturas (SANTOS, 2000). Estes conceitos estavam presentes nos museus de história natural e no pensamento político e social da sociedade brasileira.

No âmbito brasileiro, os cientistas consideraram a tese do branqueamento e os mestiços “superiores” (SEYFERTH, 1995). Com esta teoria, o Brasil possuiria um povo miscigenado, entretanto com predominância do fenótipo branco sendo de responsabilidade dos imigrantes europeus tanto a contribuição para um branqueamento populacional quanto para a sua inserção na cultura brasileira através de um processo de assimilação.

As vinculações entre raça, ciência e sociedade no Brasil, tal como cultura de diversos outros países ocidentais, é tão antiga quanto multifacetada(...) Em 1845 o naturalista alemão Karl Von Martius publicou no Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro um ensaio no qual argumentava que, para se escrever a história do Brasil, era premente abordar as características das três raças que o compunham, quais sejam, dos brancos, índios e negros. Algumas décadas depois, já no início deste século, em 1911, o médico e antropólogo físico João Batista de Lacerda, então diretor do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, viajou para Londres como representante do Governo brasileiro para apresentar o I Congresso Internacional de Raças um trabalho no qual argumentava que o Brasil mestiço de então estava em processo de branqueamento. Para ilustrar sua proposta, Lacerda lançou mão de uma pintura de Brocos y Gómez (...) que encapsulava a “esperança” de que a população brasileira viria a branquear em poucas gerações. Elementos constitutivos da obra – incluindo expressão, postura, tonalidade da tez e disposição espacial dos personagens – veiculam uma mensagem inequívoca, qual seja, a de que a miscigenação na direção “correta” rapidamente alteraria a constituição

racial brasileira. MAIO e SANTOS, 1996.

A pintura mencionada acima chama-se “A redenção de Cã”, de 1895, obra do pintor espanhol Modesto Brocos, se encontra exposta no Museu Nacional de Belas Artes, na cidade do Rio de Janeiro. A obra retrata a miscigenação como a salvação da nação brasileira através da representação de quatro personagens, a avó negra com a filha “mulata”, o genro branco e provavelmente um imigrante e um bebê que nasce notadamente mais claro que ambas as mulheres. Tanto no Brasil colônia quanto no Brasil república, a população ‘tipicamente’ brasileira (com predominância de negros e índios) era considerada racialmente inferior, ainda que fosse responsabilidade desta população integrar e assimilar o imigrante branco europeu para que este viesse a ser brasileiro e trouxesse consigo o progresso civilizacional para o país.



**Figura 1:** A Redenção de Cã - Modesto Brocos, 1895

Fonte: <http://mnba.gov.br/portal/component/k2/item/192-reden%C3%A7%C3%A3o-de-c%C3%A3.html>



Pensava-se há época que com a vinda do povo branco e a consequente miscigenação haveria uma regeneração da raça para que então, se alcançasse o tão desejado povo com características homogêneas, pertencentes à mesma unidade física e cultural. O imigrante desejado era o tipicamente branco, sendo amarelos e negros, etnias não pertencentes aos propósitos da política de imigração (RAMOS, 1995).

Os negros brasileiros eram entendidos como elementos integrados à nacionalidade pretendida brasileira, já a entrada de imigrantes negros advindos da África e dos Estados Unidos não era pretendida sob nenhuma hipótese, visto ao fato de que acreditava-se que estes não se integrariam à população local, mas principalmente havia o receio de que poderiam influenciar negativamente o 'bom' negro já existente nas terras brasileiras, que poderiam não mais 'se misturarem' impedindo a preponderância de uma branquitude. Ramos compila em seu texto recortes de jornais do início da república que demonstram qual o pensamento político sobre este tipo de imigração:

Os negros são inferiores aos amarelos. Fiquemos apenas com o nossos homens de cor, os quais são honestos, dignos, honrados, ótimos cidadãos, magníficos trabalhadores e parte integrante da nossa nacionalidade. Não procuremos confundi-los nem corrompê-los com os produtos estranhos e maléficos, perniciosos, exóticos, originários da África ou mesmo dos Estados Unidos. SNA, 1926:157 apud RAMOS, 1995.

É inegável que o argumento da miscigenação ainda é bastante presente na realidade brasileira atual, a reafirmação de um povo brasileiro composto pela mistura ocorre a quase todo momento, seja na mídia, nos livros e principalmente no discurso do senso comum. O que não se pensa é em como tal argumento surgiu, de onde veio e quais as suas consequências. A visão negativa do componente não branco também é bastante presente, ser negro ainda é tido como menos prestigioso e é por isto que o 'ser miscigenado' ganha tanta força no atual ideário do 'ser brasileiro'.

A fantasia de uma democracia racial no Brasil, pautada numa suposta igualdade harmoniosa entre as raças se desenvolve concomitantemente à convicção da miscigenação como meio para o branqueamento. Da Matta (1981) ao escrever sobre a 'Fábula das três raças' trás à tona algumas questões antes já mencionadas em Casa Grande e Senzala, de Freyre (1933), no entanto, com uma

perspectiva para além do senso comum e das supostas relações harmoniosas entre os três elementos sociais: indígenas, negros e brancos. Abarca neste momento, as consequências dessas relações, que acabam por penetrar a maioria dos discursos referentes à cultura, demonstra a hierarquização presente na sociedade brasileira como herança do passado português, propondo a reflexão da sociedade brasileira como algo singular no quesito formação do povo e suas consequências na atualidade com a ideia de democracia racial.

Santos comenta que no Brasil, incluir efetivamente a população negra na sociedade desta nova nação não foi considerada uma opção.

As diferenças entre raças serão resolvidas não com a celebração do mestiço, mas com a celebração do mestiço que se embranquece e elimina a herança negra. Há também neste mito uma desvalorização do passado e do presente em função de uma realização futura. No Brasil a discriminação racial não foi estabelecida por lei, uma vez que todos os brasileiros são considerados iguais e com os mesmos direitos perante a lei. No entanto, a inclusão da população negra na sociedade não ocorreu em bases de igualdade. Há uma aceitação das raças consideradas inferiores à branca pela sua condição de “vir-a-ser” e não pelo que representam em termos de valores e tradições. Evidentemente é necessário que a aceitação da diferença ocorra não apenas através de uma inclusão mantenedora de hierarquias, mas de uma inclusão que envolva reconhecimento. Também em relação ao jogo político entre nações, há necessidade de um balanço entre inclusão e reconhecimento. SANTOS, 2000, p.295.

A questão racial no Brasil, como tema, vem sendo discutida e elaborada por pesquisadores das mais diversas áreas, tendo como pioneiros cientistas sociais como Hasenbalg e Florestan Fernandes, que ao longo de suas carreiras debruçaram-se em analisar como esta foi construída, perpassando pelas ideias de racismo, o mito da democracia racial, políticas raciais no país e as suas consequências. Carlos Hasenbalg tem sua obra “Discriminação e desigualdade racial no Brasil” (2005) publicada primeiramente em 1979, sendo esta um dos grandes marcos da produção na área sociológica no Brasil. Para Hasenbalg, os motivos para a segregação e marginalização social dos negros na sociedade brasileira estão dispostos em diversas práticas de cunho racista e discriminatórios herdados do período logo após à abolição da escravatura. Nos mostra a pressuposta ideia de “democracia racial” como uma propaganda enganosa, um mito construído ideologicamente em prol da manutenção do controle e da legitimação de

uma estrutura social racialmente desigual.

O autor pensa na discriminação racial brasileira não apenas como remanescente da escravidão, mas a encara como um processo direto da relação desigual existente entre brancos e não brancos nas mais diferentes âmbitos sociais, como no acesso a educação e trabalho. Tendo como base os dados estatísticos, sua obra é crucial na comprovação das péssimas condições vividas pelo negro, acaba por reaver as discussões sobre a realidade racial brasileira.

Hasenbalg evidencia a constante exploração econômica do negro por meio das classes dominantes brancas, o livro tem como ponto central as questões referentes a injustiça e opressão racial e a exploração do negro como grupo econômico menos favorecida. De acordo com ele o acesso às esferas como as da educação e trabalho, em se tratando dos negros, é extremamente limitado, o que impossibilita a mobilidade social, que estaria ligada diretamente à cor da pele.

A mobilidade social ascendente, experimentada pelos brasileiros de cor depois da abolição, foi tão restrita que desigualdades raciais acentuadas têm sido perpetuadas até o presente. Este trabalho procura também explicar por que, tendo sido a mobilidade social individual dos não-brancos insuficiente para atingir a chamada “democracia racial”, a adscrição racial fracassou na produção de uma identidade coletiva e de uma mobilização política de negros e mulatos com o fim de exigir igualdade efetiva com os brasileiros brancos ou, noutros termos, de reivindicar que a mitologia racial se tornasse uma realidade. HASENBALG, 2005, p. 21.

Em “Ciência social e política racial no Brasil”, Peter Fry relaciona os estudos de Carlos Hasenbalg e Florestan Fernandes. Aponta as pesquisas de Hasenbalg como umas das quais pensa a nossa tida “democracia racial” como problemática, já que esta agiria, de certa forma, como mecanismo de dominação ideológica, tendo em vista o fato dela sugerir uma suposta não existência de discriminação e desigualdade racial. Apontando-a ainda, como uma das principais causadoras dessas desigualdades e a responsável por impedir, diretamente, a existência de uma solidariedade entre os negros (FRY, 2006). Hasenbalg, segundo Fry, aponta aspectos importantes quanto a reflexão sobre o negro na sociedade brasileira, trazendo a crítica a visão idílica do Brasil como paraíso racial, vendo a discriminação e o preconceito como consequências inevitáveis e sua persistência não apenas ligada ao momento pós-abolição, mas como algo que é constantemente ressignificado dentro das estruturas sociais. A raça, portanto, passa a ser uma

característica dentro da sociedade de classes. Problematiza desta forma a noção de alguns marxistas de que os problemas sociais seriam sanados na medida em que a igualdade econômica prevalecesse e especificamente neste caso, o autor atenta para o fato de que o processo de mobilidade social dos negros é dificultada, independentemente das origens de classe.

Para além, pensando a ideia de miscigenação, inerente à discussão racial no Brasil, Fry, comenta a miscigenação brasileira e o uso do “mito das três raças”, de Gilberto Freyre, também não vistos por um viés positivo, mas como outros dos empecilhos do reconhecimento a uma identidade negra, visto que, a aceitação de termos como “pardo”, “moreno” e “mulato” fosse mais uma forma de negar a negritude e, conseqüentemente, fazer menção, mesmo que implícita ao elemento embranquecedor/ branqueador.

O pioneirismo de Hasenbalg no estudo da negritude está justamente na análise de dados estatísticos referentes à cor, elaborados por ele e outros pesquisadores em meados dos anos 80 e 90, Hasenbalg fornece então aplicabilidade ao termo “desigualdade racial” dentro das suas análises metodológicas. De acordo com a análise dos dados censitários do IBGE, que possuíam três características: “pretos”, “pardos” e “brancos”. O autor estabelece a divisão entre *brancos* e *não brancos*, medida esta que possibilita ao Movimento Negro que à época possuía pouco respaldo e dificuldades de mobilização passasse a ter certo amparo ideológico. Contudo, como explicitado por Fry, a disseminação do país como democrático racialmente ainda era elaborada pelo Estado brasileiro.

Deste momento em diante surgem mais pesquisas e levantamentos onde o conceito de “raça” é atribuído e desta forma, conseqüentemente, abrindo espaço para que políticas de ações afirmativas raciais fossem tomadas, já que pensou-se a categorização raça como elemento a ser levado em conta antes da classe social e econômica.

Assim, primeiramente com a análise dos dados censitários e a autodeclaração de cor no censo e posteriormente com o surgimento das cotas raciais, reforça-se o entendimento de uma “raça” ou grupo étnico por parte dos brasileiros. Ocorre aí, a obrigatoriedade de identificação como negros e pardos ou brancos, reforçando a ideia de um Brasil bipartido em duas raças. Peter Fry elucida em seu ensaio que tais posicionamentos dos intelectuais permitiram algo que o

Movimento Negro, até aquele momento, não teria conseguido, a inclusão de todos os brasileiros que se autodeclararam como “não brancos” como pertencentes a uma identidade negra.

Como mencionado por Hasenbalg e reforçado por Fry, Schwarcz (1999) em “Questão racial e etnicidade” também apresenta a questão da cor como problemática, trazendo ao foco o conceito de “pardo” que se apresenta como a maioria da população, encaixando-se também no que Hasenbalg nomeou como “não negro”. Citando a obra de Gilberto Freyre como a “gênese da nacionalidade” (SCHWARCZ, p. 277, 1999), a autora ainda revela que paralelamente à construção da nacionalidade brasileira como oriunda das três raças interpretadas pelos indígenas, brancos e negros, houve todo um processo de negação de símbolos e elementos culturais originalmente africanos que foram, segundo a autora, “simbolicamente clareados” (SCHWARCZ, p. 277, 1999). Atenta assim, ao fato de que com essa negação de uma identidade negra em prol de uma identidade mestiça dentro do movimento de nacionalização brasileiro, a ideia de uma civilização miscigenada culmina no modelo de igualdade racial. Lilia Schwarcz afirma que estudos que apontam a “elasticidade” do ato de tratar a cor no Brasil não são atuais. Esta questão é exemplificada através do censo de 1950 no qual se utilizou a separação por cor entre brancos, pretos e amarelos, sendo pardo todo aquele que se declarasse índio, caboclo, mulato, moreno ou então optasse por não declarar uma cor (SCHWARCZ, p.300, 1999). Mesmo nesse momento, a conceituação “pardo” para designar cor já era problemática, como se fossem designados a esta categoria todo aquele que não se encaixasse nas outras três cores mais bem definidas, mas que em contrapartida acabavam por formar a maioria da população brasileira. E é, segundo Schwarcz, a falta de uma definição determinada nas distinções raciais que corrobora que esta distinção seja feita pelo fenótipo, utilizando-se de traços físicos para transformarem-se nas causas e variáveis discriminatórias. Contudo, antes de darmos prosseguimento às reflexões aqui propostas, é preciso que apresentemos o que se entende por identidade.

### **2.2.3 SER OU NÃO SER NEGRO? EIS A QUESTÃO**

A discussão até agora apresentada, propõe-se, mesmo que inicialmente, a

refletir a construção de uma identidade negra dentro da sociedade brasileira, que pode-se perceber conflituosa, levando principalmente em consideração a característica multirracial e multicultural de nosso país. Perpassando por questões que envolvem o reconhecimento quanto “não branco”, ainda que limitado, naquele momento, à autodeclaração censitária. Procuraremos agora problematizar, o que seria identidade e sua importância dentro do contexto de construção identitária do “ser negro”, tomando como respaldo teórico o livro “*O Poder da Identidade*” de Castells (1999). O autor inicia o seu tópico destinado à construção da identidade com a seguinte afirmação: “*Entende-se por identidade a fonte de significado e experiência de um povo.*” (CASTELLS, 1999, p. 22). Complementa logo a seguir que a identidade se apresenta antes de tudo como um processo em construção, no qual sua base é encontrada em um ou mais atributos culturais que estão intrinsecamente relacionados e que assim se sobrepõem a outros meios e significados. Desta forma, pensando os conceitos de identidade empregados por Castells, pretende-se refletir sobre o processo de identificação do ser negro no Brasil, levando em consideração, de acordo com o viés sociológico, a ideia de que toda identidade é construída socialmente e também as relações de poder existentes nessa questão, salientando seu foco em pensar uma identidade coletiva e não individual. Como explicitado pelo autor a questão principal referente a identidade seria:

“Não é difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de quê, por quem, e para quê isso acontece. A construção de identidades vale-se da matéria- prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas pela memória coletiva [...] Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social [...] Avento aqui a hipótese de que, em linhas gerais, quem constrói a identidade coletiva, e para quê essa identidade é construída, são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem. Uma vez que a construção social da identidade sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder [...]” CASTELLS, 1999, p. 2223.

Desta forma, o autor separa a sua descrição sobre o que seria identidade de três formas: identidade legitimadora, identidade de resistência e identidade de

projeto. A primeira refere-se à identidade construída pelos grupos e instituições dominantes, utilizada por estes para a manutenção do poder e aumentar sua dominação sobre os atores sociais. As outras duas são meios identitários dos atores sociais, a identidade de resistência é aquela criada pelos grupos que se encontram marginalizados, estigmatizados e de acordo com o nosso processo reflexivo até o momento, podemos chamá-los de subalternizados. Estes grupos acabam por construir formas de resistência com bases diferenciadas às dos grupos dominantes, e que podem até ser divergentes aos princípios hegemônicos. Por último, a identidade de projeto se refere a construção de uma nova identidade por parte dos atores sociais que se utilizam dos mais diversos materiais culturais disponíveis e por estes meios são capazes de reestruturar não só sua posição, mas toda a estrutura social.

Castells ainda informa a possibilidade das identidades de resistência poderem resultar, ainda que posteriormente, em identidades de projeto, ou até mesmo identidades legitimadoras, visto que o processo de construção identitário é dinâmico. Contudo, para nossa reflexão sobre a questão da construção de uma identidade negra brasileira, pensaremos o conceito de identidade de resistência empregado pelo autor, e como tal se aplica no processo constitutivo do “ser negro” no Brasil. De acordo com o autor, as identidades de resistência levam conseqüentemente, à formação de *comunidades* (CASTELLS, 1999) e afirma ainda que é bem provável que a construção deste tipo de identidade específica é o mais importante no contexto social. Este é responsável por originar meios de resistência coletivos, contrários às identidades pré-estabelecidas pelos setores dominantes. Assim, como sugerido pelo autor, “[...] surge uma questão quanto à comunicabilidade recíproca entre essas identidades excluídas/excludentes [...] se as sociedades permanecem como tais ou fragmentam-se em uma constelação de tribos, por vezes renomeadas eufemisticamente comunidades” (Castells, 1999, p. 2526).

É a partir de *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil* de Hasenbalg, que “constituiu-se também como uma espécie de narrativa ideológica para o Movimento Negro e seus simpatizantes da mesma forma que Casagrande & Senzala fora para os modernistas e seus simpatizantes.” (FRY, p.184, 2006). E é deste momento, com a evidente existência de uma “comunidade negra” brasileira

que passa a surgir a ideia de uma identidade, ou melhor, identificação do ser negro no país. Identidade essa que foi suprimida por ideais raciais de embranquecimento, que tinham por objetivo negar a todo o momento o elemento negro, que foi ressignificado, miscigenado e embranquecido. E de acordo com Silva,

“[...] a perceber a construção de identidades que embora tenham a etnicidade como base de construção, apresentam-se, ao mesmo tempo, diversas e heterogêneas em suas formas de expressão. Estudar o passado pode nos ajudar a observar o quanto diferentes práticas e manifestações culturais e políticas contribuíram para a organização dos negros no presente.” SILVA, 2003, p. 232.

No Brasil, a história oficial delegou ao negro uma memória que se inicia e termina com elementos que remetem à escravidão. Quando referente a qualquer elemento negro africano os conceitos são respaldados por preconceitos, reformulações e esquecimentos, sendo até hoje a história e cultura africanas consideradas primitivas. Desta forma, o ato de resistência em afirmação de uma identidade negra faz parte de um longo processo de rompimento com as máculas históricas dessa população que foi subalternizada, inferiorizada perante um ideal político e sociocultural eurocêntrico.

A recente classificação racial do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), desde 1991 tem por critério a coleta de dados baseados na autodeclaração, nesta categorização o indivíduo escolhe, entre cinco itens (branco, preto, pardo, amarelo e indígena) qual deles o representa, assim, para classificar a população negra, faz-se o somatório de quem se autodeclara preto e pardo. Desta forma, é possível afirmar que o “ser negro” no Brasil é, antes de tudo, um processo de reconhecimento, seja ele social e político seja por ideologia.

Levando em consideração o processo histórico de construção negativa da identidade negra e salientando ainda a sujeição de subalternidade agregada aos negros enquanto grupo social, a construção dessa identidade deve ser elaborada positivamente, considerando que a permanência da ideia depreciativa e exclusória de uma admissão do “ser negro” acaba por favorecer que muitos dos afrodescendentes neguem sua origem e optem por se apresentarem como “morenos” ou algum outro termo embranquecedor.

Neste sentido, em meio aos processos de construção identidade, o rompimento das barreiras raciais e a criação de políticas sociais que contribuam



para o maior reconhecimento do que é ser negro, precisamos pensar formas de construção identitária e afirmação dentro das estruturas sociais para que cada vez a identidade, como meio de escolha político e ideológico, seja deflagradora de reconhecimento e equidade. No entanto, precisamos refletir ainda se dentro do contexto de identidade subalternizada a construção identitária negra e os meios de resistência serão eficientes, visto que ainda integramos uma sociedade racista e desigual.

## **CAPÍTULO 3. MEMÓRIA, REPRESENTAÇÕES ÉTNICAS E RELAÇÕES DE PODER NAS EXPOSIÇÕES**

### **3.1 BREVES COLOCAÇÕES: DOIS MUSEUS DO NEGRO**

Antes de iniciarmos nossa discussão sobre os museus propostos, procuraremos, mesmo que rapidamente, situar os espaços geográficos em que as duas instituições aqui estudadas estão localizadas. Utilizamos o termo espaço geográfico<sup>9</sup>, aquele que sofreu modificações pelas ações humanas ao longo da história, que foi e é constantemente modificado, reorganizado e transformado socialmente.

As exposições aqui analisadas são parte integrante de dois museus localizados na cidade do Rio de Janeiro, sendo o Museu do Negro no Centro Histórico e o Museu Memorial Pretos Novos na Zona Portuária. Desta forma, as disposições geográficas dos locais em que esses museus estão inseridos interferem e influenciam em seu discurso expositivo, já que os locais, e as diversas transformações que neles foram e estão sendo feitas, impactam n estas instituições além de fazerem parte de sua história.

A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro é fundada no dia Primeiro de Março de 1565, em grande parte devido às constantes intenções francesas de invasão a colônia portuguesa. Fundada por Mém de Sá, é transferida da entrada da Baía de Guanabara ao antigo Morro do Castelo De início, suas ruas eram constituídas de maneira irregular e em estilo medieval português. Tendo, portanto, a fundação da cidade do Rio de Janeiro seguido todas as características básicas de uma colonização portuguesa (BRAGA, 2003). *“A história da cidade será marcada pela sua posição estratégica na costa oriental brasileira, pelo excelente porto e proximidade da África, pelas boas condições para a defesa da baía e de abastecimento de água para os navios”* (BRAGA, p. 89, 2003).

No século XVIII, a cidade do Rio de Janeiro passa da importância de centro mercantil a capital, que era anteriormente localizada em Salvador e acaba sendo

---

<sup>9</sup> Para maiores explicações ver DUARTE, M. de B. (et all) Reflexões sobre o espaço geográfico a partir da fenomenologia. Revista eletrônica: Caminhos de Geografia 17 (16) 190-196. UFU, 2005.

transferida. Podemos compreender a mudança devido a nova realidade econômica da colônia, devido a descoberta de metais preciosos no interior do país. No século seguinte, mais precisamente em 1808 com a vinda da família Real e seus súditos acabou por promover diversas transformações, tanto espaciais quanto políticas. Possuindo até então construções muito antigas e precárias, várias transformações estruturais e arquitetônicas foram necessárias a fim de transformá-la em capital do Brasil.

O Rio de Janeiro permanece capital do Brasil até 1960, quando esta é transferida para Brasília. No entanto, todos esses séculos como capital e cidade de suma importância para o país, a cidade contou com a construção das mais diversas instituições públicas, culturais e monumentos. As igrejas, conventos, portos e fortes acabam por ser, de acordo com Braga, elementos centrais na constituição do núcleo urbano, já que as formações das ruas se organizam a partir desses referenciais. Com os séculos passados como capital, a cidade do Rio de Janeiro acaba por concentrar estas instituições formadoras, além dos mais diversos monumentos marcos da história e memória não só local, mas de importância para a constituição do Brasil como nação. É importante salientarmos que a grande maioria desses monumentos e locais hoje patrimonializados estão repletos de significados pautados na constituição de um Brasil pelo viés hegemônico. De acordo com Lia Motta, “*Os métodos de identificação e seleção do valor de patrimônio, tendo como referência critérios estético-estilísticos, resumiam-se ao reconhecimento in loco dos valores preestabelecidos — a arquitetura colonial.*” (MOTTA, 2002, p. 126).

Sejam as igrejas, devido às arquiteturas e ordens católicas, sejam a antiga Casa de Cadeia, os museus e monumentos em praças públicas. A grande maioria desses elementos que hoje compõem o Centro Histórico são reflexos de uma sociedade colonialista e desigual. José Reginaldo Gonçalves relaciona o processo de formação e eleição das políticas de patrimonialização com a constituição dos estados nação na modernidade.

Os modernos discursos do patrimônio cultural constituíram-se de forma articulada ao processo de formação dos Estados nacionais e, dialogicamente, em contraposição ao modo como os objetos que vieram a integrar os “patrimônios nacionais” eram concebidos na sociedade do antigo regime. Neste último, não havia um patrimônio “nacional”, mas tão-somente os patrimônios de diversos estamentos sociais, da nobreza, do clero, em mãos de quem estavam esses

bens. Na medida em que os Estados nacionais se constituem, formam-se “patrimônios nacionais” cujo acesso passa a ser obrigatoriamente universal, aberto a todos os cidadãos. Estes, nesse contexto nacional moderno, são, em princípio, diretamente representados pelo seu patrimônio cultural, o patrimônio da nação. Sua relação com o Estado deixa de ser mediada pelos nobres e, no ponto mais alto da hierarquia, pelo rei. Passam a ser considerados indivíduos, constituídos a partir de valores como igualdade e liberdade, e, portanto, independentes de toda relação social e de qualquer posição de interdependência. GONÇALVES, p. 116, 2002.

Podemos considerar então que, tanto a construção, quanto a eleição dos bens patrimoniais materiais ocorrem de forma a respaldar, em sua maioria, a constituição de uma narrativa nacional comum. Narrativa essa que reflete a criação de uma memória coletiva, comum ao povo de uma nação, mas constituída em grande parte a partir de discursos hegemônicos.

Nesse contexto, podemos entender a Zona Portuária do Rio de Janeiro, local antes degradado e esquecido pelas autoridades públicas que ganha destaque, a partir do ano de 2001, com o Plano Porto do Rio, esta que culmina nas obras de revitalização do projeto Porto Maravilha. No entanto, até alcançar essa condição de local turístico, permeado de museus, lojas, *foodtrucks* e galerias, a antiga zona dos portos cariocas era um local degradado, devido principalmente, a sua constituição histórica.

Historicamente, a região ganha destaque devido ao aumento das atividades portuárias no Rio de Janeiro, em grande parte devido à movimentação de escravos e mercadorias que também aumentou significativamente após o início da atividade de mineração no interior do país, acabando assim por propiciar um maior crescimento dos portos. Com a transferência do Mercado Central da Rua Direita, atual Primeiro de Março para o Cais do Valongo, este passa a ser o núcleo central do comércio de escravos. Como uma das principais atividades econômicas da colônia, o tráfico ocasionava diversas modificações sociais, econômicas e espaciais na região. Criaram-se novas vias, depósitos para as pessoas escravizadas que chegavam do continente africano, aumentaram as fabricações de objetos de ferro, contenção e suplício, além de criarem mesmo ali um cemitério para o depósito dos corpos dos escravizados que não sobreviviam a viagem pelo Atlântico.

No ano de 1808, com a vinda da Família Real Portuguesa e seus súditos e com a Abertura dos Portos às Nações Amigas que, de acordo com Mello (2003),

ocorre a expansão e desenvolvimento urbano dos bairros, Saúde, Santo Cristo e Gamboa, componentes da Zona Portuária. Mello ainda nos elucida os processos de formação urbana desiguais e marginalizados.

Na Zona Portuária, desde os primeiros movimentos urbanos, apreende-se que sua articulação com o núcleo é de uma área destinada a comportar usos mais periféricos, de características menos nobres, ou seja, vinculados à questão da escravidão e seus desdobramentos, aos depósitos de mercadorias, às tabernas e oficinas, aos trapiches e atividades ligadas ao porto, e a uma população também periférica e marginalizada, porém fundamental ao processo de manutenção e crescimento da cidade. MELLO, p. 7, 2003

No entanto, em meados dos anos de 1980, a ocupação e ressignificação desse espaço é ponto chave para sua transformação. Segundo Vasallo,

(...) tal como o que ocorre em diversos outros espaços de atuação da cultura afro-brasileira, o movimento negro e outros setores da sociedade iniciam um processo de “reafricanização” da região portuária. Retomam o termo Pequena África para referir-se a essa localidade e trazem à tona as memórias das “tias baianas”, dos candomblés, do samba, da capoeira e do trabalho na estiva que teriam caracterizado a região entre fins do século XIX e início do XX (Moura, 1995; Mattos, H. e Abreu, M., 2012). Em 1984, graças a uma forte atuação de lideranças do movimento negro, um dos primeiros patrimônios afro-descendentes é tombado no país, a Pedra do Sal, na região portuária, encarnando um dos mais importantes pontos de encontro da Pequena África. No início dos anos 1990, os ativistas negros conseguem transformar o Centro Cultural José Bonifácio, localizado na região portuária, em centro de referência da cultura afrobrasileira. E em 2005 o Estado brasileiro reconhece a existência do Quilombo da Pedra do Sal, que engloba um grupo de moradores que vivem no sopé da pedra de mesmo nome. Assim, desde os anos 1980, temos um desejo de ativistas negros de transformar a região portuária num “território negro”. É justamente essa região que a prefeitura pretende modernizar, o que propicia uma enorme disputa por territórios e por memórias. E é ali que se encontra o Cemitério dos Pretos Novos, que vai adquirindo uma grande centralidade nesse processo. VASSALLO, p. 3, 2016.

Após essas reivindicações, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro por meio do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade e também devido ao Porto Maravilha Cultural, cria o Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana a fim de evidenciar e valorizar os locais de importância para a memória afro-brasileira. Este Circuito inclui diversos locais na região portuária, como

o Cais do Valongo, o Cais da Imperatriz, o Jardim Suspenso do Valongo, a Pedra do Sal, o Largo do Depósito, o Cemitério dos Pretos Novos e o Centro Cultural José Bonifácio.

### **3.2 MUSEU DO NEGRO**

O Museu do Negro encontra-se localizado na Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, na Rua Uruguaiana, Centro da cidade do Rio de Janeiro. Uma instituição privada, vinculada à Igreja do Rosário e à Irmandade, que tem por objetivo principal a preservação da memória da igreja e irmandade, além da difusão do que seria, segundo eles, a história do negro no Brasil.

As confrarias de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito já eram abrigadas na antiga Igreja de São Sebastião no Morro do Castelo, ambas foram fundadas por negros ainda escravos, alforriados e ladinos, no entanto, no ano de 1667 ocorreu a unificação das duas Igrejas, passando a se denominar Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. Alguns conflitos posteriores levaram à separação da Irmandade no ano de 1684, quando a Igreja de São Sebastião foi instituída Catedral da cidade. Em 1708, através da doação da devota Francisca Pontes, a Igreja foi construída na Rua Uruguaiana, anteriormente denominada Rua da Vala, com o intuito de ser um espaço onde esses homens negros poderiam cultuar seus padroeiros, realizar suas cerimônias e enterrar os seus mortos. Com a demolição da Igreja de São Sebastião, do Castelo, passa a ser sediada como Catedral de 1737 a 1808.

Uma das características singulares a este museu é o fato de ser um local não apenas dedicado à representação do negro historicamente no Brasil, mas também é visto como ambiente de devoção. É comum encontrar visitantes que oram em frente às imagens, deixando pedidos e ofertas aos seus pés, itens estes que fazem parte de seu acervo.

O Museu do Negro é administrado pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, que teve sua fundação em 1640 por escravos, como já mencionado, livres e ainda cativos, sendo também conhecido como “Museu dos Escravos” ou “Museu da Abolição”, devido às representações que

suscita. É possível encontrar como objetos expositivos tanto a devoção e culto às entidades religiosas como Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, como também imagens de personagens históricos como Zumbi dos Palmares e a Princesa Isabel, esta última que tem sua imagem diretamente ligada à Abolição da Escravatura como a “Redentora” e “Salvadora” dos escravos.

Local de importância na história do país, foi escolhida como a primeira Igreja a ser visitada pela corte portuguesa ao chegar no Brasil, pois entre os anos de 1737 e 1808 sediou a Sé. Posteriormente, com a volta da Família Real Portuguesa em 1821, passou a sediar o Senado da Câmara, sendo então palco dos primeiros momentos dedicados à idealização da Independência do Brasil. Muitos dos membros da Irmandade, dentre eles o mais conhecido, José do Patrocínio, empreenderam ações em prol da Abolição e também nesta Igreja, estão depositados os restos mortais de Mestre Valentim.

No ano de 1967 a Igreja sofre um incêndio e só torna a ser aberta dois anos depois, no entanto, mesmo com toda sua decoração barroca destruída, teve seu interior reconstruído com um viés modernista, sendo o museu criado oficialmente em 1969.

De acordo com Paiva (2007), a ideia de criação de um museu surge através da obtenção dos mais diversos instrumentos de suplício oriundos dos negros que fugiam e recebiam ajuda e apoio nas confrarias.

Segundo a Museóloga do Museu do Negro, no início do século, por meio de doações foi no subterrâneo da Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, local onde os membros das confrarias se encontravam para fazer reuniões e coletas para alforriar os escravos, que se encontrava uma quantidade de instrumentos de tortura armazenados. Esses instrumentos eram retirados e deixados pelos escravos que fugiam e iam buscar auxílio nas confrarias. Cria-se assim, já nessa época, a ideia de se montar um museu com a finalidade de preservar essas peças, não deixando assim que se perdesse uma parte importante da memória histórica do negro no Brasil [...] PAIVA, p. 208, 2007.

O Museu do Negro se encontra no segundo piso, próximo à sacristia e o Consistório, conta com um pequeno hall de entrada e três salas expositivas, sendo a segunda a maior delas e a última dividida entre uma biblioteca e o escritório da direção. Em sua exposição de longa duração, o museu apresenta diversos objetos, dentre eles recortes de jornais sobre as campanhas abolicionistas, cartas de alforria,

imagens e representações da Princesa Isabel e de seu marido Conde D'eu, além de imagens religiosas. Seu acervo é composto por diversas imagens, fotografias, indumentárias das ordens religiosas e alguns documentos, tendo um grande destaque aos elementos litúrgicos e católicos tanto referentes à Igreja do Rosário quanto aos objetos dos membros da irmandade. São apresentados também diversos objetos que fazem referência à escravidão, como instrumentos de suplício e alguns de uso cotidiano, alguns referentes à religiões afro-brasileiras, além de objetos referentes ao período monárquico e à Abolição da Escravatura.

Logo no *hall* de entrada podemos observar duas imagens que dão as “Boas vindas” ao museu com os dizeres “Bem-vindo ao Museu do Negro” em português, inglês e francês. Aparentemente, as duas imagens representam escravos de ganho, sendo reproduções num estilo bem parecido às obras realizadas por Debret e a Missão Artística Francesa. Podem ser observados também três instrumentos de percussão como atabaques. Ao adentrar o hall principal, antes de subirmos as escadas que levam à primeira sala expositiva podemos observar mais reproduções imagéticas de obras clássicas produzidas pela Missão Artística Francesa e um texto introdutório no qual se lê:

“O Museu do Negro está situado no conjunto arquitetônico do século XVIII, na Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, fundada pelos alforriados e escravos, e que tem profundos vínculos com fatos históricos da vida desta cidade.

O Museu foi tombado em 1938 reunindo instrumentos da escravidão, móveis, documentos, estandartes, bandeiras abolicionistas, livros, fotografias de homens que se celebrizaram na campanha da abolição como: Luiz Gama, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, Castro Alves, André Rebouças, Cruz e Sousa e outros.

Em 1967, ocorreu incêndio e os grilhões de tortura, o sacrário e os dois estandartes que estavam sendo restaurados, foram algumas das preciosidades históricas que escaparam.

Na ano de 2000 sofreu estrutura museológica com exposições permanentes e temporárias abordando temas desde o negro arrancado de sua terra, aviltado no trabalho escravo e sofrendo discriminações até hoje na sociedade, mas preservando as tradições culturais e artísticas.

A partir de 2001, foram criados: o setor Museu na Educação, o Museu Itinerante, o projeto de Incentivo à Arte e a Sala de Orientação Bibliográfica.

O Museu do Negro através de suas exposições revive a construção de uma história do negro que reflita seu estar e sentir na sociedade brasileira, condição indispensável para a formação de uma consciência negra na construção da democracia no Brasil.” Texto introdutório da Exposição do Museu do Negro.



Logo em seguida, subindo as escadas, têm-se nas paredes as inscrições “Museu do Negro... Para preservar a história do negro”, pendurado na escada um *banner* com a imagem de Lima Barreto, ao longo dos degraus mais imagens de pessoas negras escravizadas em conjunto com imagens de santas religiosas, todas sem legendas ou identificação. Na entrada da primeira sala expositiva podemos ver uma escultura da cabeça de um homem negro, doação de um artista plástico argentino nomeada “Cabeça de negro”, cuja legenda consta: “Professor Humberto Cozzo, artista plástico, argentino, confeccionou e ofereceu a obra - ‘Cabeça de Negro’” ao Museu do Negro.”



**Figura 2.** Cabeça de Negro

Fonte: <http://irmandadedoshomenspretos.org.br/site/o-museu/>  
Acesso em: outubro de 2016

Vemos após alguns objetos com pilões, panelas e tochas de bambu, na mesma parede de exposição desses objetos podemos observar duas imagens, uma delas com uma mulher negra usando um pilão e uma segunda com escravos cativos sendo carregados pela mata. Na parede oposta está exposto um grilhão com peso logo abaixo da imagem da Princesa/Escrava Anastácia com uma mordança e a seguinte oração:

“Princesa que se fez deusa, deusa que fizeram escrava. Escrava que era princesa, dai-nos a beleza do teu corpo e a serenidade de tua alma. Amém - Deusa-escrava, escrava-princesa, princesa-deusa, que te taparam a boca, mas não suprimiram o grito rebelde, dai-nos tua rebeldia. Amém - Escrava que fizeram deusa, deusa que nasceu princesa, princesa que nasceu livre, dai-nos a melancolia do teu olhar e a altivez do teu porte e livrai-nos da mordação que ainda hoje nos ameaça. Amém - Deusa do povo, escrava de um povo, princesa do teu povo dai-nos a fé do povo, a força do povo, o amor do povo, para que possamos ser mulheres e homens dignos do povo. Amém. Mulher-escrava, deusa-mulher, mulher-princesa, dai-nos tua força para lutarmos e nunca sermos escravos. Porque não somos tão rebeldes como tu. Assim seja. Amém.”



**Figura 3.** Imagens da Escrava/Princesa Anastácia e Zumbi dos Palmares  
 Fonte: [http://www.museudorio.com.br/joomla/media/k2/galleries/40/04\\_LM.JPG](http://www.museudorio.com.br/joomla/media/k2/galleries/40/04_LM.JPG)  
 Acesso em: outubro de 2016

Ao lado da figura de Anastácia é possível vermos também uma imagem de Zumbi dos Palmares, também com uma oração:

Rei dos Quilombos dos Palmares  
 Século XVIII

Indómito guerreiro, defensor de um a raça forte e oprimida, que por sua humilde benevolente se tornou escrava do mundo. ZUMBI, dai-nos a sua proteção, a sua força e a sua coragem para a batalha final vitoriosa da nossa emancipação, juntos marcharemos, entoando o hino da libertação do nosso lar, nosso emprego, nossa sociedade e nosso torrão natal.

Assim seja, AMÉM...

São exibidos diversos objetos de suplício e contenção que remetem ao período escravocrata. Num todo, a disposição das peças acaba por não fazer um sentido completo para o público que por ventura visite o museu sem uma pesquisa prévia, visto que sem o auxílio de elementos textuais e com legendas escassas, a compreensão da exposição é limitada. As temáticas acerca da Escravidão e Abolição são evidentes, principalmente devido aos objetos expostos.



**Figura 4.** Instrumentos de suplício e pilão

Fonte: <http://guiaculturalcentrodorio.com.br/museu-do-negro-do-rio-de-janeiro/>  
Acesso em: outubro de 2016

Podemos contemplar que as imagens dos abolicionistas, da Princesa Isabel e dos grilhões são as colocados em maior evidência, aparecem ainda alguns estandartes abolicionistas e instrumentos de percussão. No entanto, não é estabelecida a conexão destes objetos com a história da Igreja e sua representatividade única nos momentos históricos a que se propõe. Apenas no início do museu pode ser lido um pequeno texto introdutório, que apresenta mais as expectativas e pretensões do museu do que a sua ação efetiva.



**Figura 5.** Lima Barreto  
Fonte: Acervo pessoal



**Figura 6.** Princesa Isabel  
Fonte: Acervo pessoal

Em concomitância a exibição dos objetos citados, temos também alguns elementos de cunho religioso, como imagens de São Benedito, Nossa Senhora do Rosário, a padroeira da igreja e uma cruz confeccionada com a madeira dos

escombros para rezar a primeira missa após o incêndio de 1967. Junto aos elementos religiosos encontramos também alguns objetos como pequenas espadas, coroas, pratos, taças, evidentemente de cunho religioso e provavelmente peças de arte sacra, mas que, no entanto, não apresentam nenhum texto ou legenda de auxílio.

Ao fim da última sala expositiva existem homenagens a personalidades pertencentes à Irmandade e à Princesa Isabel, esta última aparece num contexto de redentora, salvadora dos escravos. Estão expostas três manchetes de jornal nas quais podemos ler os seguintes enunciados: “A volta da redentora”, “Restos da Princesa Isabel e do Conde d’Eu serão levados hoje” e a última “Povo, emocionado, recebe princesa”; observamos ainda outros dois *banners*, como o de Lima Barreto, mas dessa vez com a imagem da Princesa Isabel, o primeiro uma fotografia da monarca e no segundo uma imagem em que ela aparece sendo contemplada em um espelho por uma mulher e um menino negros. Ainda nas paredes desta última sala podemos ver alguns recortes de jornais emoldurados com os enunciados: “Abolição como conquista da sociedade civil organizada”; “1888 - Na Igreja do Rosário a crença do povo”; “Bang-Bang anti-racista e devagar”; “1888 Memória e Expressão - Ela nasceu na hora da abolição - Liberdade como nome”; “1888 Memória e Expressão - Ela nasceu durante a escravidão - Liberdade como prêmio”.



**Figura 7:** Princesa Isabel - A volta da Redentora

Fonte: Acervo pessoal

Por fim, dois últimos objetos, que simbolizam a Princesa Isabel e seu marido Conde d’Eu com os dizeres: “Como regente do Brasil, assinou a Lei Áurea que libertou os escravos em 13 de maio de 1888” e “Marido da Princesa Isabel grande



incentivador da libertação dos escravos”, respectivamente. Ainda de acordo com as observações de Paiva,

“o museu parece retratar, até o momento, memórias que teriam a função de articular o passado e o presente [...] A memória de uma irmandade negra traz a importância de manter, como parte do acervo de obras raras, objetos de uma “memória escrava” ligada à exploração do negro e à sua devoção religiosa ao catolicismo.”  
PAIVA, p.215, 2007



**Figura 8.** Representação dos mausoléus da Princesa Isabel e seu marido Conde D'Eu  
Fonte: [http://www.museusdorio.com.br/joomla/media/k2/galleries/40/05\\_LM.JPG](http://www.museusdorio.com.br/joomla/media/k2/galleries/40/05_LM.JPG)  
Acesso em: outubro de 2016

Ainda que as intenções sejam as de recuperação da memória desses homens negros cativos e sua relação com o movimento abolicionista e a irmandade, a disposição dos objetos museológicos é caótica e a inexistência de legendas e textos auxiliares impossibilita a construção de um discurso expositivo coerente. Conseguimos captar apenas algumas informações escassas através dos elementos apresentados, o que dificulta a compreensão tanto do tema sobre o qual o museu se pretende quanto das memórias que estariam ali presentes.

### **3.3 INSTITUTO PRETOS NOVOS: MUSEU MEMORIAL**

O Museu Memorial dos Pretos Novos é parte integrante do Instituto Pretos Novos, instituição criada dez anos após a redescoberta do Cemitério Pretos Novos, localizado na Gamboa, Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro. O Memorial tem como sede o sítio histórico arqueológico do Cemitério, que funcionou no período de 1769 a 1830, neste mesmo local. Nesta região que se localizava o principal cais de desembarque dos navios negreiros advindos do continente Africano para a cidade do Rio de Janeiro e a Igreja de Santa Rita, quarta paróquia da cidade que foi erguida entre os anos de 1702 e 1719. Justamente neste local os corpos dos homens, mulheres e crianças que por ventura não sobrevivessem à viagem de

travessia do Atlântico eram despejados, sendo o cemitério “improvisado” utilizado de forma regular até a transferência do mercado de escravos da antiga Rua Direita, atual Primeiro de Março, para o chamado Valongo. Na falta de locais na cidade destinados para o sepultamento dos negros que recém chegavam aqui e que não resistiam às péssimas condições da viagem, os denominados Pretos-Novos tinham seus corpos depositados em covas abertas. Simone Vassallo afirma que:

“[...]de acordo com os historiadores e arqueólogos que trabalham atualmente no Instituto (Pereira, 2007; Honorato, 2008; Tavares, 2012), trata-se de um local que havia sido destinado ao sepultamento de cativos africanos que morriam no momento próximo ao desembarque, antes de serem vendidos como escravos.” (VASSALLO, 2014).

Devido à proibição do tráfico negreiro, o Cemitério é fechado, e conseqüentemente, a memória ali contida é suplantada, junto com os posteriores aterramentos ocorridos na área. Com o passar dos anos e as constantes reformas urbanas ocorridas nas ruas e imediações daquela localidade, ainda que a existência de um cemitério dedicado ao depósito dos negros escravizados fosse de conhecimento dos historiadores e pesquisadores, tanto da cidade do Rio de Janeiro quanto do Período Escravocrata, esse notável símbolo da história da escravidão acaba esquecido. A localização exata ficou desconhecida até meados do ano de 1996 quando, em uma casa construída no século XVIII, seus donos, o casal Mercedes e Petrócio, optam por realizar uma reforma e acabam por descobrir um verdadeiro sítio arqueológico. Foram encontrados junto aos diversos entulhos ossos humanos, fragmentos de crânios, alguns instrumentos de cerâmica, metais, vidros e outros objetos e evidências arqueológicas. Assim, entram em contato com os órgãos públicos responsáveis, o Departamento Geral do Patrimônio Cultural toma ciência do achado e em conjunto com a Prefeitura e o Instituto de Arqueologia Brasileira confirmam o achado histórico. Desde então, o local foi transformado em um sítio arqueológico e posteriormente no Museu Memorial - Instituto Pretos Novos. O interessante dessa reivindicação pela preservação do sítio é que esta parte da sociedade civil e não de um órgão ligado diretamente ao Estado, tendo em vista que *“O IPN foi criado pelo casal Guimarães com o objetivo de divulgar a história do*

*cemitério e de 12 denunciar o modo desumano pelo qual os sepultamentos foram ali realizados” (Vassallo, 2013).*

A coleção do IPN é composta por 5.563 fragmentos arqueológicos encontrados nas escavações, sendo em sua maioria restos mortais de 28 jovens homens com idade entre 18 e 25 anos. A proposta da exibição desses achados é em prol da preservação da memória dessas pessoas, trazidas compulsoriamente e tendo passado pelas mais diversas mazelas. Tendo sido encontrados também vestígios de uma região sambaqueira, remontando de três a quatro mil anos.

O Memorial dos Pretos Novos é criado a partir da iniciativa do casal Guimarães, em conjunto com historiadores e arqueólogos com o intuito de recuperar essas memórias, analisando as ossadas e buscando delimitar a extensão do antigo cemitério. Após a descoberta, *“o casal começou a organizar eventos relacionados à cultura afro-brasileira, como rodas de samba, jongo e capoeira, bem como seminários e debates sobre o tema.”* (VASSALLO, 2012). Desta forma, além de divulgarem a história do antigo cemitério, também denunciavam a forma desumana de sepultamento dos cativos.

Atualmente, é um local de constantes atividades promotoras da disseminação das memórias relacionadas à cultura negra em geral. Resultado de solicitações da sociedade civil e da preocupação do casal Guimarães para sua manutenção a coleção e a instituição que a abriga, o Instituto Pretos Novos, possibilita a preservação e divulgação da memória da Diáspora Africana.

O Museu Memorial conta com duas salas expositivas onde estão dispostos objetos encontrados nas pesquisas arqueológicas, textos explicativos contendo, além da história da instituição, a história do local e do próprio Cemitério dos Pretos Novos; uma pequena biblioteca com obras variadas sobre questão racial, a história local do Cais do Valongo, região portuária e arredores; uma sala de conferências/auditório onde são dadas palestras e cursos, realizadas reuniões e onde são reproduzidos os vídeos institucionais.



O Museu Memorial dos Pretos Novos possui ainda páginas nas redes sociais, onde podem ser acessados tanto fotos como alguns vídeos, tanto produzidos pela própria instituição, quanto entrevistas sobre o Instituto e o Memorial. No aparelho televisor localizado na biblioteca podemos observar o calendário de cursos e palestras sempre atualizado, já os vídeos que contam a história do instituto e trazem algumas outras questões sobre a vida dos negros escravizados são passados sempre que solicitados, ainda que não estejam dispostos no roteiro expositivo. Na maioria das vezes são utilizados com as visitas guiadas e escolares de forma a ilustrar as questões trabalhadas na exposição.

A primeira sala expositiva tem grande parte do seu espaço dedicado às exposições temporárias, iniciando a exposição de longa duração a partir do primeiro poço de sondagem dos achados arqueológicos, que possui vestígios de contatos dos indígenas Tupinambás com os europeus. O poço se encontra aberto, apenas com um tampo de vidro transparente que o separa do visitante, funcionando de fato como uma vitrine no chão. Acompanhando esta exibição existe um totem com a seguinte legenda:

“Poço de Sondagem Interna 01  
Executado para a delimitação espacial do Cemitério dos Pretos  
Novos  
Controle estatigráfico e sedimentológico  
4m<sup>2</sup>  
2º semestre de 2011  
Sítio de Contato  
(Vestígios de contato de índios Tupinambás com europeus)”



**Figura 9:** Poço de sondagem 1  
Fonte: Acervo pessoal

A biblioteca se encontra no final dessa primeira sala de exposição, e adornando suas paredes, além dos livros para consulta podemos observar acima das estantes imagens de mulheres negras reconhecidas nacionalmente por sua importância política e/ou cultural, estão presentes figuras como Anastácia, princesa negra, também representada no Museu do Negro, tia Ciata, figura importante para o samba no Rio de Janeiro e antiga residente da região portuária, assim como Clementina de Jesus, Carolina de Jesus e Elza Soares. Na parede oposta podemos observar reproduções de imagens do Instituto Moreira Salles, remetentes ao ano de 1865, no estado da Bahia, em que aparecem quatro mulheres negras em situações cotidianas, como carregando bebês ou cestos na cabeça. Ainda nesta mesma parede podemos observar outras seis fotografias, também de meados do século XVII, apresentando situações cotidianas do trabalho escravo, como a partida para a colheita, desta vez no estado do Rio de Janeiro.



**Figura 10:** Biblioteca IPN – Personalidades negras femininas  
Fonte: Acervo pessoal

A segunda sala expositiva encontra-se à esquerda da primeira, e nela podemos encontrar, além de dois outros poços de escavação, duas vitrines com objetos extraídos nos períodos de escavação arqueológica, além de textos explicativos que buscam contar sobre a história da região da Zona Portuária além da memória dos Pretos Novos. O primeiro texto expositivo se intitula Memória e diz:

“O Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN) é uma organização sem fins lucrativos, fundada no dia 13 de maio de 2005, pelo casal Guimarães e um grupo de pessoas, que acreditaram na importância do achado arqueológico para a pesquisa, estudo e preservação da memória da história e da cultura africana e afro-brasileira.”

Apresentando ao público visitante as intenções do instituto desde sua criação, estas que acabam por refletir no discurso expositivo. O segundo texto diz respeito à questão educacional e a proposta do IPN quanto instituição de construção do saber:

“Educação

Desde então, o IPN vem desenvolvendo gratuitamente atividades educativas voltadas para estudante e população em geral, assim como, tem recebido a visita de pesquisadores e estudiosos nos campos da História, Arqueologia, Antropologia e Sociologia, fomentando estudos e teses sobre os Pretos Novos.”

O terceiro texto trabalha o tema Cultura, apresentando ainda as propostas do IPN para a comunidade e quais os objetivos do museu e do instituto de pesquisa.

“Cultura

Com o objetivo de promover e fortalecer a cultura afro-brasileira, o IPN realiza exposições históricas e de artes visuais, visitas orientadas, encontros com artistas, mesas de debates, oficinas e espetáculos musicais.”

Após esses textos introdutórios que apresentam basicamente a missão institucional do museu e as propostas do IPN em si, o texto seguinte, quarto da sala expositiva é de autoria da senhora Merced Guimarães, idealizadora do instituto e a responsável pelo museu. Este texto específico contém a história da redescoberta do Cemitério e demonstra a evidente relação de afeto entre os idealizadores e o museu. Intitulado “Enfim, O Respeito”, escrito em dezembro de 2011, acaba por apresentar ao público um pedaço negligenciado da memória e história dos Pretos Novos.

“O Cemitério dos Pretos Novos foi redescoberto em janeiro de 1996, por ocasião de uma obra neste imóvel. Esta região era conhecida, em meados do século XIX, como A Pequena África, por nela existir a maior concentração de africanos fora de sua terra natal. Neste local – que hoje se estabelece como sítio arqueológico e histórico – estão depositados os restos mortais de milhares de africanos trazidos à força para o Brasil. A maioria dos recém chegados ao porto morriam no período de quarentena, outros tantos, em menor quantidade, durante o processo de exploração do trabalho escravo.

O Memorial Pretos Novos é um sonho que construímos ao longo desses 15 anos de trabalho para a preservação da memória relacionada ao período da escravidão legal, com seus desdobramentos nos dias atuais. Com o apoio de nossos voluntários, algumas instituições de ensino e pesquisa, direitos humanos e cultura, e do patrocínio do Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio de sua Secretaria e Cultura, a população do Rio de Janeiro e seus visitantes terão acesso às informações que conseguimos coletar em nossas pesquisas (histórica e arqueológica). Com isso, queremos propor reflexões e estimular projetos educativos e de pesquisa.

Este memorial é dedicado aos milhares de Pretos Novos que foram depositados neste solo, e oferecemos aqui nossa reverência e respeito a todos eles.”

Nesta sala os textos estão dispostos ao longo das paredes e no meio, em posições de destaque, estão localizados os outros dois poços arqueológicos. Assim

como o primeiro, cobertos com um tampo de vidro e com suas devidas legendas. O

Poço de Sondagem Interna 02:

“Executado para delimitação espacial do Cemitério dos Pretos Novos

Controle estratigráfico e sedimentológico

4m<sup>2</sup>

2º semestre 2011

O espaço que constitui o cemitério é muito pequeno para nele enterrarem tantos corpos de pretos novos (...) Pelo lado do fundo está aberto, dividido do quintal de uma propriedade vizinha por uma cerca de esteira, e pelos outros dois lados com mui baixo muro de tijolos, no meio de uma pequena cruz de paus toscos mui velhos, e a terra do campo revolvido, é juncada de ossos mal queimados.

Escrito pelo intendente de polícia João Ignácio da Cunha, 12 Março de 1822.

Trecho extraído do livro

‘A Flor da Terra – O Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro’

Julio César Medeiros da Silva Pereira”

O último poço de sondagem, Poço de Sondagem Interna 03, também traz uma citação do livro de Julio Cesar Medeiros da Silva Pereira:

“Executado para delimitação espacial do Cemitério dos Pretos Novos

Controle estratigráfico e sedimentológico

1m<sup>2</sup>

2º semestre 2011

Próximo à Rua do Valongo está o cemitério dos que escaparam para sempre da escravidão... na entrada daquele espaço cercado por um muro de 50 braças em quadra, estava assentado um velho, em vestes de padre, tendo um livro de rezas pelas almas dos infelizes que tinham sido arrancados de sua pátria por homens desalmados, e a uns dez passos dele, alguns pretos estavam ocupados a cobrir de terra os seus patrícios mortos, e, sem se darem ao trabalho de fazer uma cova, jogam apenas um pouco de terra o cadáver, passando em seguida a sepultar o outro.

Escrito pelo viajante alemão G. W. Freireyss, em 1814

Trecho extraído do livro

‘A Flor da Terra – O Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro’

Julio César Medeiros da Silva Pereira”



**Figura 11:** Segunda sala expositiva – IPN.  
 Fonte: <http://rioonwatch.org.br/?p=11941>  
 Acesso em 25 de junho de 2016

Na parede oposta aos quatro textos expositivos iniciais estão dispostos outros cinco textos expositivos, o primeiro dedicado ao Memorial Pretos Novos, elaborado pelo curador da exposição, Marco Antonio Teobaldo e os outros quatro que constituem uma linha do tempo, recurso bastante utilizado em museus para determinar linearmente fatos de maior relevância na história para a exposição apresentada. A narrativa elaborada pelo curador diz:

“A partir do ano de 1769, com o expressivo aumento do tráfico de escravos no Brasil, o seu principal porto para desembarque teve que ser transferido da Praça XV, para o Valongo. De acordo com relatórios da época, a visão que se tinha do local era perturbadora, devido ao estado em que se encontravam os cativos recém-chegados da África (chamados pretos novos). Figuras esqueléticas, doentes e seminuas eram aglomeradas em barracões, numa situação de martírio que podia durar até um ano, desde o momento de sua captura, até a comercialização. Debilitados pelos maus tratos e acometidos de enfermidades diversas muitos não resistiam. Seus corpos eram depositados no Cemitério dos Pretos Novos criado naquele mesmo ano, pelo Marquês do Lavradio. Foram 61 anos de uma rotina de sepultamentos em que os mortos eram lançados ao solo, possivelmente em valas comuns que permaneciam abertas até estarem repletas, podendo ficar expostos por vários dias. Estima-se que nesta necrópole, considerada o maior cemitério de escravos das Américas, tenham sido enterradas de 20 a 30 mil pessoas, embora nos registros oficiais estes números sejam menores. Em 1830, o cemitério foi fechado por questões legais, uma vez que o tráfico de escravos havia sido proibido. Mais tarde, a cidade começou a aterrar o pântano e a praia, cobrindo de vez os restos mortais e a memória do sofrimento dos escravos recém-chegados aos Brasil.

Passados mais de um século, em janeiro de 1996, na Rua Pedro Ernesto, número 36, durante as obras de fundação da residência do casal Petrúcio e Maria de La Merced Guimarães, os pedreiros encontraram ossos humanos a poucos centímetros de escavação do solo. Tratava-se de um importante achado arqueológico: o antigo Cemitério dos Pretos Novos. Foi iniciada então a tarefa de resgate dos restos mortais e dos fragmentos da cultura material, pela equipe de arqueologia da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. O material humano foi encaminhado para o Instituto de Arqueologia Brasileira, que fez a análise biocultural dos ossos e dentes, revelando aspectos extremamente importantes para o entendimento sobre aqueles indivíduos e as práticas funerárias utilizadas no local. A partir de 2009, as pesquisas ficam sob a responsabilidade do Museu Nacional – UFRJ e do Instituto de Pesquisa Memória dos Pretos Novos, fundado pelos proprietários do imóvel. Introduzidos brutalmente na sociedade brasileira, esse povo estrangeiro deixou o seu legado cultural e a sua descendência, e juntamente com outros povos constituíram o Brasil de hoje. É inegável que uma parte do berço da nação brasileira está aqui, sob este solo. Por isso, o Memorial Pretos Novos é aberto ao público, para reivindicar o respeito às vidas de homens, mulheres e crianças que aqui foram sepultados, e se consolidar como símbolo da preservação de uma memória de resistência e de superação”.

É, após esta leitura, neste momento que o visitante do Museu Memorial consegue contemplar, mesmo que rapidamente, de forma clara os objetivos e o porquê da importância da preservação daquele espaço. O discurso expositivo evidencia, não apenas através da demonstração dos poços de coleta dos materiais arqueológicos, mas com o auxílio evidente dos textos dispostos na exposição, a história do local visitado, as memórias ali suplantadas e colocadas à margem, no esquecimento público. É interessante pensarmos que a existência de um cemitério dedicado a estes Pretos Novos não era desconhecida, por isso ao longo da exposição podemos perceber a preocupação em enunciar uma redescoberta, memórias que emergem com o achado arqueológico.

A linha do tempo remonta acontecimentos de 1500, com a Descoberta do Brasil e o período inicial da diáspora africana; 1582 os sepultamentos dos escravos eram feitos majoritariamente na Santa Casa da Misericórdia, terminando esta primeira parte no ano de 1600. O texto auxiliar diz:

“Ao longo de quatro séculos, deu-se a diáspora africana, uma migração forçada em decorrência do sistema escravista amplamente usado no Novo Mundo. DO século XVI ao século XIX milhares de pessoas foram retiradas de diferentes regiões de África. Quase metade deste continente tinha como destino final o Brasil, onde se concentrava a maior população urbana de escravos do mundo,



desde o final do Império Romano. Devido às condições desumanas, desde a captura até a comercialização dos escravos (período que podia chegar até um ano), muitos deles não sobreviviam. Os que morriam durante a travessia do Atlântico eram arremessados ao mar como se fossem uma ‘carga perdida’, para os sobreviventes, restava-lhes a espera do momento em que suas vidas seriam destinadas à escravidão.”



**Figura 12:** Linha do tempo e vitrines expositivas.

Fonte: [http://www.museusdorio.com.br/joomla/media/k2/galleries/83/Foto1152\\_640x480.jpg](http://www.museusdorio.com.br/joomla/media/k2/galleries/83/Foto1152_640x480.jpg)  
 Acesso em 25 de junho de 2016

O segundo painel da linha do tempo expositiva contempla os anos de 1700; em 1722 os sepultamentos passam a ser realizados no cemitério da paróquia da Matriz de Santa Rita; e 1774, em 12 de abril, o Marquês do Lavradio transfere o mercado de escravos para o Valongo. O texto auxiliar explicita que:

“Por conta dos maus tratos e das doenças contraídas, muitos homens, mulheres e crianças morriam antes mesmo de serem comercializados no mercado de escravos. No período inicial da escravidão no Brasil, era possível encontrar os cadáveres abandonados pelas ruas ou praias, posteriormente, começaram a ser enterrados em cemitérios ou em terrenos próximos às igrejas. A partir de 1774, o desembarque dos navios negreiros passou para o Valongo, juntamente com o mercado dos escravos que antes eram na Praça XV. O sepultamento dos escravos então foi transferido do Cemitério de Santa Rita para o recém-criado Cemitério dos Pretos Novos.”



Nos dois próximos painéis expositivos podemos ver quatro pequenas vitrines em acrílico com objetos encontrados nas escavações dos próprios poços, além da linha do tempo que contempla nestes dois últimos textos explicativos os acontecimentos ocorridos entre os anos de 1800 e 2011. São destaques, a chegada da Família Real Portuguesa em 1808, o tratado realizado entre Brasil e a Inglaterra para a extinção do tráfico negreiro em 1826 e em 1830 o registro do último sepultamento e fechamento definitivo do cemitério. Este penúltimo painel, além do conteúdo explicativo conta com mapas que localizam a área do cemitério, elucidando que:

“Com a chegada da família real ao Brasil, em 1808, o tráfico de escravos se intensificou e as condições de tratamento pioraram. Os recém-chegados que não sobreviviam ao período de quarentena eram lançados ao solo, possivelmente em valas comuns que permaneciam abertas até estarem repletas de corpos, podendo ficar expostos por vários dias. Nos últimos anos de funcionamento do Cemitério Pretos Novos, foram registrados no Livro de Óbitos da Matriz de Santa Rita os sepultamentos de 6.122 escravos, com informações sobre sua origem, tipo de embarcação que os trouxeram e marca dos ‘proprietários’”.

Nas vitrines dispostas nesses últimos painéis, podemos observar objetos de cultura material do período escravocrata, como ferro utilizado na marcação dos escravos, contas de vidro e de cerâmica, fragmentos de cachimbos com entalhes Nagô, algumas pedras empregadas em práticas mágico-religiosas, diversos alfinetes de metal, moeda de cobre de um vintém, botões de metal e de ossos, uma fivela francesa de prata, fragmentos de panelas de barro, de garrafas de vidro e de louças inglesas.



**Figura 13:** Vitrine expositiva.

Fonte: [http://www.museusdorio.com.br/joomla/media/k2/galleries/83/Foto1157\\_640x480.jpg](http://www.museusdorio.com.br/joomla/media/k2/galleries/83/Foto1157_640x480.jpg)  
Acesso em 25 de junho de 2016

Fechando a linha do tempo e pegando as últimas décadas dos anos de 1800, temos em 1866 a construção do imóvel situado à Rua Pedro Ernesto; a Abolição da Escravatura em 1888, a compra o imóvel em 1990 pelo casal Guimarães; o início da reforma doméstica que culmina no achado arqueológico em 1996; no ano de 2005 a fundação do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos e por fim, em 2011, a inauguração do Memorial Pretos Novos. Neste momento a exposição de longa duração se encerra, o texto de auxílio neste caso faz referência a estes últimos fatos, narrando:

“Após o fim da comercialização de escravos e o fechamento do Cemitério dos Pretos Novos, residências foram erguidas na região, tornando invisível a lembrança da barbárie que ocorreu no Brasil. Contudo, após um século da Abolição da Escravatura, em 1988, o casal Patrício e Maria de La Merced Guimarães avistaram pela primeira vez a Rua Pedro Ernesto, na Gamboa, o imóvel que comprariam dois anos mais tarde. Durante a reforma, em 1966, eles encontraram, sob o antigo casarão, os restos humanos que revelaram essa triste memória da história do Brasil. Com a mesma coragem que eles comunicaram as autoridades sobre a descoberta, tomaram para si a responsabilidade de pesquisar e preservar a memória dos pretos novos.”.

Podemos observar ao longo da exposição que existe uma preocupação em demonstrar ao público visitante a importância do achado arqueológico do Cemitério dos Pretos Novos. Existe no processo de construção do discurso expositivo a tentativa de mudança na história oficialmente contada, a proposta de inserção de uma memória há muito esquecida que acaba por emergir, ainda que acidentalmente. As propostas e objetivos delimitados pelo IPN e pelo Museu Memorial expressam as idéias de mudanças significativas, não só na história consolidada da cidade do Rio de Janeiro, mas também no que concerne às questões de constituição do Brasil como nação.

É possível observar aqui, através dos objetos expostos, dos textos explicativos, da narrativa expositiva linear, do recorte delimitado da história e a constante necessidade de inserção de uma memória marginalizada, a preocupação com a comunidade local apresentada ao longo da exposição.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As propostas temáticas dos dois museus são bastante parecidas, ambos trabalham questões que envolvem a negritude no Brasil, com foco no período escravocrata. Trazem em seu discurso expositivo, em maior ou menor grau, as mazelas sofridas pelos africanos desde sua chegada em terras brasileiras e evidenciam o quanto o tráfico negreiro e suas posteriores conseqüências contribuíram para a formação do Brasil quanto nação. No entanto, ainda que haja uma evidente aproximação temática, as perspectivas trabalhadas, a forma de construção da linguagem expositiva, são divergentes.

Devemos levar em consideração o fato dos dois museus serem instituições de cunho privado, mantidos, em grande parte, pelos seus gestores. No caso do Museu do Negro, a administração é de responsabilidade da Igreja do Rosário, dos membros das Irmandades e dos historiadores que lá trabalham, tendo como gestor principal o professor, historiador e diretor Ricardo Passos. Já o Instituto Pretos Novos é gerido pelo casal Petrúcio e Mercedes, contando ainda com colaboradores também historiadores, arqueólogos e museólogos.

O Museu do Negro, dentro de uma perspectiva museológica, acaba por apresentar em sua exposição de longa duração, diversas falhas técnicas devido às inúmeras lacunas existentes na forma de apresentar os objetos museológicos e na falta de informações quanto ao conteúdo expositivo, é possível notar a ausência de legendas, textos explicativos. A falta de uma construção textual que auxilie os elementos ali apresentados causa não só estranheza, mas confusão em entendermos sobre o que o museu propõe como tema de fato. Ocorre uma enorme falta de linearidade na construção dessa narrativa expositiva, que se mostra basicamente pautada em fotografias, reproduções de obras de arte, instrumentos de suplício, e objetos que remetem às práticas cotidianas dos homens e mulheres escravizados, além dos de cunho religioso e ligados à irmandade. A inclusão desses elementos religiosos aponta a relação entre a irmandade e a escravidão, mais evidenciada se considerarmos uma pesquisa prévia sobre o museu, visto que em alguns momentos estabelecer uma relação direta entre as questões que envolvem a escravidão e a formação das irmandades é dificultosa apenas através dos objetos apresentados e fotografias dos irmãos.

Justamente estas lacunas que não são preenchidas durante a observação da exposição, que contribuem para uma imagem difusa quanto ao que se quer representar naquele espaço. Sendo assim, a exposição acaba por não evidenciar a missão que o museu procura propor, que seria, em tese, a valorização da cultura e importância do negro na sociedade brasileira, proposta esta que coincide com do Museu Memorial dos Pretos Novos.

No entanto, a quantidade diversa de objetos expostos, sem nenhum auxílio a sua interpretação, com a falta de legendas, textos ou ao menos a construção de uma linearidade e ainda sem a mediação dos pesquisadores, acaba por confundir o propósito do museu. Estes fatos são, em grande parte, as causas de uma identidade difusa na percepção da instituição e por isso as várias denominações utilizadas quando o museu é referenciado, muitas vezes chamado de Museu da Abolição, Museu dos escravos além da denominação oficial, Museu do Negro.

O fato do museu se encontrar no mesmo espaço da Igreja do Rosário traz outro ponto de conflito se considerarmos que boa parte dos objetos expostos são também de cunho religioso, trazendo ao museu uma característica de local de devoção, como evidenciado por Paiva,

Ao apresentar uma visão histórica da relação entre senhores e escravos e a religiosidade do negro no Brasil, o Museu do Negro expõe um acervo de peças, reunindo desde instrumentos de tortura da escravidão até móveis, documentos, estandartes, livros, fotografias de homens que tiveram destaque na campanha abolicionista até objetos de devoção religiosa. O espaço do museu, no entanto, exhibe uma forte ambigüidade: muitos dos seus visitantes o vêem como um espaço sagrado. PAIVA, p.1, 2007

O Museu do Negro está permeado por questões que envolvem uma forma mais tradicionalista de “fazer” museu, devido a sua construção discursiva bastante pautada em questões como a Abolição da Escravatura, baseada numa narrativa oficial, tendo a Princesa Isabel como redentora, àquela que libertou os escravos. Compactua ainda com a idéia de depósito, pertencente aos antigos Gabinetes de Curiosidades<sup>10</sup>, mesmo que as peças do acervo tenham relação entre si, sua

---

<sup>10</sup> Gabinetes de Curiosidades, Gabinetes das Maravilhas ou ainda Quartos das Maravilhas eram os locais onde, principalmente durante o período dos grandes descobrimentos, em meados dos séculos XVI e XVII, os nobres tinham por costume colecionar inúmeros objetos, advindos em grande parte dessas explorações. Nessas grandes coleções eram concentrados elementos raros e exóticos, além de pinturas e documentos, dispostos, na maioria das vezes de forma desorganizada e não

disposição na exposição é caótica e com informações escassas. A questão religiosa é também um ponto central, a Irmandade possui um grande espaço na tentativa de construção do discurso expositivo, através dos estandartes e fotos dos membros, mas a compreensão da sua importância se dá apenas devido a esses elementos, muitas das vezes os objetos litúrgicos, como coroas de santos e cálices se confundem com o local (a Igreja) e a memória dedicada aos irmãos. Para uma melhor compreensão do seu papel na história dos negros e do museu é preciso uma pesquisa anterior à visita, mais aprofundada para que assim os objetos museológicos ali expostos façam algum sentido dentro da narrativa expositiva como um todo.

É interessante pensarmos nos recortes expositivos propostos na exposição de longa duração do Museu do Negro, temos como pontos principais: a relação do negro escravizado e os senhores, principalmente expressa nas imagens de sofrimento e dos escravos de ganho em conjunto aos instrumentos de suplício e os objetos cotidianos; a abolição da escravatura, como um ponto chave e de louvor na história desses negros, pautada na visão da Princesa Isabel como heroína; e por fim, a irmandade religiosa, que também teria tido papel significativo na luta abolicionista.

Essas são as três principais temáticas abordadas na exposição, dispostas principalmente através de imagens dos negros escravizados, dos instrumentos de suplício, cotidianos e religiosos e de fotografias e recortes de jornais sobre os membros da irmandade, notícias sobre a abolição e a vida e morte da princesa Isabel. Pensando o processo decorrente da construção das exposições, é importante salientar que a análise da linguagem expositiva não se detém em quantificar os objetos expostos do acervo dos museus pesquisados e compará-los, mas em perceber a construção de um discurso expositivo com e através dos elementos apresentados. É com a observação desse conjunto que se torna possível uma percepção das idéias e perspectivas ali dispostas e só através da análise do conjunto que podemos estabelecer comparações com outros espaços expositivos também analisados como um todo que resulta no discurso expositivo a ser

---

possuindo, muitas das vezes, relação entre si. Podem ser considerados os precursores dos primeiros museus e durante o período renascentista europeu possuíram um papel crucial no desenvolvimento das pesquisas científicas.

apresentado.

O Museu Memorial dos Pretos Novos trabalha com elementos expositivos semelhantes aos do Museu do Negro, obviamente no que concerne à temática principal, as questões que envolvem o negro na sociedade brasileira com foco no período colonial. Em ambas as exposições são expressas na linguagem expositiva questões que remetem à escravidão e a abolição da escravatura, no entanto, o segundo museu estudado demonstra uma maior preocupação com a organização do elementos em exposição.

O Museu do IPN possui quatro salas principais, divididas em duas salas expositivas, uma biblioteca e uma espécie de auditório onde são mostrados os vídeos institucionais, apresentados cursos e palestras e também serve como uma sala de reuniões. A produção textual condiz com a apresentação dos objetos expostos, os poços de coleta arqueológica e os vídeos institucionais existentes. Há na exposição de longa duração uma linearidade na estruturação dos fatos históricos trabalhados. A elucidação explícita dos objetivos da instituição com as questões sociais da preservação e disseminação de uma memória subalterna, marginalizada traz à tona três discussões; a primeira, a necessidade de uma diferenciação, ainda que sucinta, entre história e memória,

A história é compilação dos fatos que ocuparam maior lugar na memória dos homens. No entanto, lidos nos livros, ensinados e aprendidos nas escolas, os acontecimentos passados são selecionados, comparados e classificados segundo necessidades ou regras que não se impunham aos círculos dos homens que por muito tempo foram seu repositório vivo. Em geral a história só começa no ponto em que termina a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. Enquanto subsiste uma lembrança, é inútil fixá-la por escrito ou pura e simplesmente fixá-la. A necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade e até mesmo de uma pessoa só desperta quando elas já estão bastante distantes no passado para que ainda se tenha por muito tempo a chance de encontrar em volta diversas testemunhas que conservam alguma lembrança. Quando a memória de uma sequência de acontecimentos que não tem mais por suporte um grupo, [...] então o único meio de preservar essas lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa, pois os escritos permanecem, enquanto as palavras e os pensamentos morrem. HALBWACHS, p. 100-101, 2006.

Entende-se aqui por memória dos homens como a já mencionada memória coletiva, aqueles fatos escolhidos para serem lembrados, fatos estes que

constituem boa parte das narrativas das maiorias, dos grupos dominantes que tendem por ditar o que deve ou não ser lembrado. O que ocorre no Museu Memorial Pretos Novos é essa busca por um reconhecimento das memórias suplantadas referentes aos Pretos Novos e a inserção das mesmas nas memórias coletivas referentes ao período escravocrata. A ressignificação deste momento histórico. Enquanto no Museu do Negro, as memórias traduzidas são às que se referem à construção da Irmandade, pois no que condiz a constituição do discurso expositivo referente ao negro na sociedade brasileira, esse ainda é pautado na história oficial da formação do Brasil como nação. Construção narrativa que ainda delega aos negros um lugar subalternizado, um povo que necessita de um salvador, pautado na figura dos abolicionistas, mas principalmente na da Princesa Isabel.

A segunda é a relação entre os dois museus baseada, para além da temática sobre o negro, na questão religiosa. Ainda que tocada de forma difusa no discurso expositivo do Museu do Negro e sucintamente no do Museu Memorial, o fato de muitos negros terem sido, literalmente, depositados de forma desrespeitosa em covas rasas, sem nenhum tipo de rito funerário, condiz em grande parte para a formação das posteriores irmandades. Na segunda parte de um dos vídeos institucionais do Museu Memorial, é relatado que os negros da etnia Banto tinham por costume praticar cultos aos ancestrais, sendo os antepassados de muita importância para as linhagens vindouras. E, justamente nesse sentido, a morte longe dos familiares ou o simples fato do não sepultamento condenaria a alma desses homens além de significar uma ruptura significativa no que condiz à vida em comunidade. A morte nessas condições significaria uma vida distante da própria linhagem e a perda da perspectiva numa outra vida. Neste sentido, entendendo essa visão africana de encarar a morte é compreensível o entendimento do por que alguns escravos buscaram a filiação as Irmandades, como justamente o que ocorre na Irmandade do Rosário. Ainda segundo o vídeo, primeiramente, havia o temor pela desumanização de seus corpos quando não fosse elaborado nenhum tipo de ritual de passagem para o outro mundo, já que uma morte assim significaria estar longe dos seus ancestrais. O enterro no Cemitério dos Pretos Novos, ainda de acordo com a narrativa do vídeo institucional, significaria um distanciamento definitivo, uma impossibilidade de reviver junto aos seus entes queridos.

Por fim, a percepção do Museu do Negro ainda dentro de perspectivas



baseadas nas formas tradicionais de pensar museu, talvez, devido ao fato de se encontrar sob jurisdição de uma instituição tradicional, como a Igreja Católica. Tem na apresentação de seu discurso expositivo elementos que remetem aos discursos oficiais, à história hegemônica, sem a pretensão de um rompimento com antigas formas de pensar o negro no pensamento social brasileiro. Já o IPN e o Museu Memorial, acabam por apresentar em sua exposição de longa duração as perspectivas relacionadas ao modo de pensar dos Museus Comunitários, que possuem preocupação com a transformação das realidades sociais, que se constituem através do relacionamento mútuo entre instituição e comunidade. Varine expõe bastante claramente a diferença entre a relação dos museus de cunho tradicional e os museus integrais, comunitários, com as questões referentes aos patrimônios por eles salvaguardados. Segundo o autor,

Para um museu tradicional e seu museólogo-conservador, o patrimônio é composto dos objetos que fazem ou farão parte da coleção do museu e, sem dúvida, também dos objetos que se encontram fora e cuja importância científica, artística ou cultural justifica que sejam considerados no programa museológico ou cultural, seja ele temático, disciplinar ou generalista. Pouco importa que um objeto tenha ou não um vínculo com a população atual do território onde se situa o museu. Na realidade, o patrimônio desse museu é definido pelo museólogo conservador de acordo com seu saber científico, seu gosto estético e seus interesses culturais, considerando-se naturalmente missões confiadas ao museu pelos parceiros exteriores (Estado, associação, mecenas, etc.). O valor e a raridade desse patrimônio justificam a missão de conservação que é atribuída ao museu, antes de qualquer outra missão de difusão ou de educação.

Para o museu comunitário (ou ecomuseu ou ainda o museu territorial, na medida em que eles sejam realmente comunitários), trata-se do patrimônio reconhecido como tal pela comunidade e por seus membros. É o capital cultural coletivo da comunidade, ele é vivo, evolutivo, em permanente criação. Os responsáveis do museu utilizarão esse capital para atividades inscritas na dimensão cultural do desenvolvimento do território e da comunidade. A conservação é uma responsabilidade e uma tarefa coletiva da comunidade, os profissionais do museu sendo essencialmente apoio técnico e científico. VARINE, p. 2-3, 2005

Pensando o contexto das exposições de longa duração aqui apresentadas, ainda que o Museu do Negro estabeleça um vínculo com a comunidade local, aqui considerada os freqüentadores da Igreja do Rosário e principalmente os membros da Irmandade, a sua construção discursiva não extrapola o *modus operandi* de se fazer museu baseado numa perspectiva tradicionalista. Já o Memorial Pretos Novos

busca, ainda que não propositadamente, a integração social local, o que é expresso de forma ampla em seu discurso expositivo.

Tomamos aqui como proposta a discussão acerca das representações sobre o negro no espaço do museu, especificamente pensado no âmbito das exposições de longa duração, as responsáveis principais pela disseminação das informações ali contidas. Entendemos a instituição museu não apenas como meio de fruição cultural e intelectual, templo dedicado às artes, ou até mesmo como um mausoléu responsável por resguardar tudo aquilo que venha a ser de interesse a sociedade. Podemos encará-lo ainda e principalmente, como local onde são travadas diversas disputas, onde memória e história não apenas são apresentadas, mas se constituem. Essas disputas refletem, em nosso entendimento, direta ou indiretamente nas sociedades em que os museus se inserem, sendo o espaço das exposições museológicas criado não apenas para a admiração, mas também para o exercício de reflexão. Museus não são templos culturais neutros, eles tomam partidos, exercem influências, ainda que não explicitamente.

Com o auxílio dos autores aqui presentes procuramos elucidar essas características, refletir sobre como estão sendo elaborados ainda os processos de disseminação da história oficial e como a redescoberta de novas memórias age como contraponto a esta. Como a produção de novos discursos expositivos acaba por possibilitar mudanças efetivas numa memória coletiva já constituída, como trazer à tona nossas perspectivas pode mudar, de fato, o modo de ver de uma sociedade.

Encarar a forma de expor do Museu Memorial Pretos Novos como inserida nas questões pertinentes aos museus comunitários é perceber aquilo proposto inicialmente pela Nova Museologia: um museu que se propõe como instituição do povo e para o povo. E justamente devido às constantes reivindicações, principalmente por parte da sociedade civil, a construção do Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana acaba por elevar a região à categoria de local de importância na história da cidade. Não apenas restrito ao Centro Histórico já consolidado. Em grande parte, devido às lutas pela ressignificação das memórias ali existentes, amplamente divulgadas pelo IPN e o Museu Memorial. A preocupação com a formação das exposições dentro das técnicas expositivas, utilizando-se de recursos que contribuem para uma melhor apreensão do conteúdo demanda maior

credibilidade nas discussões ali propostas. A anunciação de cursos, palestras e aulas inseridos no discurso expositivo contribui não apenas no quesito divulgação, mas para a importância de se saber sobre aquele espaço e o quanto ele em si faz efetivamente parte da história da cidade do Rio de Janeiro.

No entanto, algumas outras perspectivas ainda precisam ser mudadas, como no caso do Museu do Negro. Ainda que as intenções sejam de divulgar, além da memória da igreja e sua irmandade, a história do negro no Brasil, sua construção discursiva defasada contribui para a contínua prática e disseminação do negro estereotipado, subalternizado, que tem a sua importância na constituição da nação apenas delegada ao período escravocrata. A falta de auxílios expositivos que contribuam para a compreensão da exposição acaba por delegar ao museu uma característica desorganização. Ainda que exista um intento em trabalhar às questões referentes à negritude no Brasil, todo o discurso reproduz estereótipos, não rompe com as barreiras construídas ao longo dos séculos e que permanecem mostrando a escravidão como maior “contribuição” do negro para a sociedade brasileira.

É interessante pensarmos como dois locais que trabalham uma temática tão aproximada conseguem produzir perspectivas completamente diferentes, dois bons exemplos de como a antes tida neutralidade museológica não existe, como a produção intelectual existente nesses espaços pode tomar vários caminhos e como museus e a ressignificação de memórias podem de fato ser meios para mudanças sociais.

## 5. REFERÊNCIAS

ARAUJO, Marcelo Mattos e BRUNO, M.C. Oliveira (Org.). **A memória do pensamento museológico contemporâneo: Documentos e depoimentos.** Comitê Brasileiro de ICOM, 1995.

BOTTALLO, M. **Os museus tradicionais na sociedade contemporânea: uma revisão.** *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 5: 283-287, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. Cap. 1, 2 e 3. (Coleção Memória e Sociedade).

BOURDIEU, Pierre. **Os Usos do “povo”.** In: *Coisas Ditas.* São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRAGA, A. da C. **Morfologia, Transformação e Co-Presença em centros urbanos: o caso do Centro do Rio de Janeiro/RJ.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: PROPUR, 2003

CARVALHO, C.D. de. **História da Cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

CASIMIRO, Giovanna Graziosi. **Transgressões no contexto digital: reconfiguração das estruturas museais através da Realidade Aumentada.** in: *Revista Ciclos: Transgressões.* UDESC, 2014.

CASTELLS, M. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAGAS, M. S. **Memória e Poder: dois movimentos.** In: Myrian Sepúlveda dos Santos; Mário de Souza Chagas. (Org.). *Museu e Políticas de Memória.* Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2002, v. 19, p. 35-68.

CHAGAS, Mário. **MEMÓRIA E PODER: DOIS MOVIMENTOS.** *Cadernos de Sociomuseologia*, [S.l.], v. 19, n. 19, June 2009. ISSN 1646-3714. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367>. Acesso em: 01 dez. 2016.

CHOAY, F. **Alegoria do patrimônio.** Tradução de Luciano V. Machado. São Paulo:

Estação. Liberdade: UNESP, 2001.

CIDADE: história e desafios / Lúcia Lippi Oliveira, organizadora. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 2002. 295 p.

CONSIDERA, Andréa Fernandes. **Produção do Conhecimento nos Museus Brasileiros entre 1876 e 1932**. In: II Semana PROCAD PUC Goiás/UnB, 2011, Goiânia. IV Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em História PUC/UnB/UFG, 2011. p. 1-10.

CURY, Marília Xavier. **Exposição - Concepção, montagem e avaliação**. São Paulo: Annablume, 2005. Capítulo I: O Campo de atuação da Museologia, p. 22 – 48.

FARIAS, F. R.. **Apontamentos em Memória Social**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011. v. 1. 183p.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 12ª edição. Petrópolis –RJ. Vozes, 1995.

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder**. In: DREYFU, H & Rabinow, P. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Vera Porto Carreiro. Rio de Janeiro: Universitária, 1995. pp. 231-249.

FRY, P. H.. **Ciência social e política "racial" no Brasil**. Revista USP, São Paulo, v. 68, n.racismo, p. 180-187, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso**. In: CIDADE: história e desafios / Lúcia Lippi Oliveira, organizadora. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 2002. 295 p.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

\_\_\_\_\_. Cadernos do cárcere. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000b. v. 2.

\_\_\_\_\_. Cadernos do cárcere. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000a. v. 3.

\_\_\_\_\_. Cadernos do cárcere. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001. v. 4.

\_\_\_\_\_. Cadernos do cárcere. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002 . v. 5.

GUHA, Ranajit. Prefacio a los Estudios de la Subalternidad. **Escritos sobre la Historia y la Sociedad çoSursiática e Sobre algunos aspectos de la historiografia colonial de la India**. In: CUSICANQUI, Silvia Rivera & BARRAGÁN, Rossana (Comp.) Debates Coloniales: Uma Introducción a los Estudios de la Subalternidad. Bolivia Editorial Historia, SEHIS, UJG, 1997

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HUYSSSEN, Andreas. **Resistência à memória: usos e abusos do esquecimento público** in: Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto/MAR, 2014 (capítulo 8: Resistência à memória: usos e abusos do esquecimento público, p. 155 – 176).

JULIÃO, Letícia. **Apontamentos sobre a história do Museu**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2001.

MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). 1996. **Raça, Ciência e**

**Sociedade.** Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCBB. 252 pp.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). 1996. **Raça, Ciência e Sociedade.** Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCBB. 252 pp.

MARINHO, Ernandes Reis. **Relações de Poder em Foucault.** E-Revista Facitec, v.2 n.2, Art.2, dezembro 2008.

MELLO, Fernando Fernandes de. **A Zona Portuária do Rio de Janeiro: antecedentes e perspectivas.** Dissertação de Mestrado Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2003.

MOTTA, Lia. **Cidades mineiras e o IPHAN** in: CIDADE: história e desafios / Lúcia Lippi Oliveira, organizadora. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 2002. 295 p.

MOUTINHO, Mário. **Museus e Sociedade: Reflexões sobre a função social do museu.** Caderno de Patrimônio, 1989.

\_\_\_\_\_. Sobre o conceito de Museologia Social. Cadernos de Museologia nº1.1993.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História,** São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

PAIVA, Ana Lúcia da Silva de. **Museu dos Escravos, Museu da Abolição: o Museu do Negro e a arte de colecionar para patrimoniar** In: ABREU, R.; CHAGAS, M.; SANTOS, M. (Org.). **Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas.** Rio de Janeiro: MINC/IPHAN/DEMU/Garamond, 2007.

PINHEIRO, José Marcos. **Museu, Memória e Esquecimento - Um projeto da modernidade.** Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2004.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989.

POULOT, Dominique. **Museus e museologia.** Tradução Guilherme João de Freitas

Teixeira. Belo Horizonte: Autentica Ed., 2013. (Coleção ensaio geral).

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura Santos. **Reflexões sobre a Nova Museologia**. In:\_\_\_\_\_ Encontros Museológicos – reflexões sobre a museologia, a educação e o museu. Rio de Janeiro, Minc/IPHAN/DEMU, 2008.

SANTOS, Myriam S. **Os museus Brasileiros e a constituição do imaginário nacional**. Soc. estado., Brasília , v. 15, n. 2, p. 271-302, Dec. 2000 . Available from<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922000000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922000000200005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 01 Dez. 2016.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Entre tronco e os atabaques: a representação do negro nos Museus Brasileiros**. Colóquio Internacional: O projeto UNESCO: 50 anos depois. Janeiro de 2004.

SANTOS, Myriam S.. **Os museus Brasileiros e a constituição do imaginário nacional**. Soc. estado. Brasília , v. 15, n. 2, p. 271-302, Dec. 2000 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922000000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922000000200005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 15 de janeiro de 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922000000200005>.

SCHEINER, Tereza. **Comunicação, Educação, Exposição: novos saberes, novos sentidos**. Semiosfera, ano 3, nº 4 -5, 2003. Disponível em: <[http://www.semiosfera.eco.ufrj.br/anteriores/semiosfera45/conteudo\\_rep\\_tscheiner.htm](http://www.semiosfera.eco.ufrj.br/anteriores/semiosfera45/conteudo_rep_tscheiner.htm)>. Acesso em 21 de agosto de 2014.

SCHWARCZ, L. K. M. **Questão racial e etnicidade**. In: Sérgio Miceli. (Org.). O que ler na ciência social brasileira (1970-1995) Antropologia. São Paulo: Sumaré, 1999, v. 1, p. 267-326.

SILVA, Joselina. **A união dos homens de cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50**. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 25, n. 2, 2003, pp. 215-235.

SIMIONATTO, Ivete. **Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana**. *Rev. katálysis* [online]. 2009, vol.12, n.1, pp. 41-49. ISSN 1982-0259. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802009000100006>>. Acessado em 27 de outubro de 2016.



SPIVAK, Gaiatry. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VARIVE-BOHAN, H. **Entrevista com Hugues de Varine-Bohan. In: Os Museus no Mundo.** Rio de Janeiro: SALVAT Editora do Brasil, 1979. 8-21p. 70-81p.

VARINE, Hugues de. **O museu comunitário é herético?** 2005. Disponível em: <<http://www.abremc.com.br/pdf/11.pdf>> Acessado no dia 20 de Novembro de 2016.

VARINE, Hugues de; MIRANDA, Odalice Priosti. **O novo museu das gentes brasileiras: criação, reconhecimento e sustentabilidade dos processos museológicos comunitários.** Cadernos de Museologia. Lisboa: Universidade Lusófona, n.28, 2007.

VASSALLO, Simone P.. **Entre ciência e ancestralidade: o Cemitério dos Pretos Novos na encruzilhada das interpretações.** Trabalho apresentado no XIII Congresso da Associação de Estudos Brasileiros / BRASA, no painel Processos de patrimonialização da cultura afro-brasileira. Brown University, Providence, 31 de março a 2 de abril de 2016. Disponível em: < <http://www.brasa.org/wordpress/wp-content/uploads/2015/07/Simone-Vassallo.pdf>>. Acesso em: 15 dezembro 2016.

VASSALLO, Simone P.. **Intervenções urbanas e processos de patrimonialização: as reelaborações da Pequena África na região portuária do Rio de Janeiro (1980 e 2000).** In: 29a Reunião Brasileira de Antropologia, 2014, Natal. Anais da 29a Reunião Brasileira de Antropologia, 2014. v. 1.

VIEIRA, Andréa Lopes da Costa. **A Ação Afirmativa como Combate às Desigualdades Raciais no Brasil: Em Busca do Caminho das Pedras.** 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2005.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** 2ª Ed. Brasília: Ed. Pioneira, 2008.

WEBER, Max. **Os Três Tipos Puros de Dominação Legítima.** Tradução de Gabriel Cohen. Rio de Janeiro: VGuêdes Multimídia, 2008.